



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

EDI ROBSON CORTINA

**AUSÊNCIAS ESTAMPADAS: UMA ANÁLISE NUMISMÁTICA SOBRE A
INVISIBILIDADE DE GRUPOS MARGINALIZADOS NAS EMISSÕES DAS
CÉDULAS MONETÁRIAS DO BRASIL DE 1942 à 2020**

**Chapecó
2026**

EDI ROBSON CORTINA

**AUSÊNCIAS ESTAMPADAS: UMA ANÁLISE NUMISMÁTICA SOBRE A
INVISIBILIDADE DE GRUPOS MARGINALIZADOS NAS EMISSÕES DAS
CÉDULAS MONETÁRIAS DO BRASIL DE 1942 à 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Licenciatura em História da Universidade Federal Fronteira
Sul – Campus Chapecó, como requisito à obtenção do título de
Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Délcio Marquetti

Chapecó
2026

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Cortina, Edi Robson

AUSÊNCIAS ESTAMPADAS: UMA ANÁLISE DO APAGAMENTO DE
GRUPOS MARGINALIZADOS NAS EMISSÕES DAS CÉDULAS
MONETÁRIAS DO BRASIL DE 1942 à 2020 / Edi Robson
Cortina. -- 2026.

56 f.:il.

Orientador: Professor Doutor Délcio Marquetti

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2026.

1. apagamento; invisibilidade; dinheiro; numismática;
Brasil República.. I. Marquetti, Délcio, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

EDI ROBSON CORTINA

**AUSÊNCIAS ESTAMPADAS: UMA ANÁLISE DO APAGAMENTO DE GRUPOS
MARGINALIZADOS NAS EMISSÕES DAS CÉDULAS MONETÁRIAS DO BRASIL DE
1942 à 2020**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Licenciatura em História da Universidade Federal Fronteira Sul –
Campus Chapecó, como requisito à obtenção do título de
Licenciado em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 09/07/2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DELICIO MARQUETTI**
Data: 13/07/2026 09:49:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Délcio Marquetti

Documento assinado digitalmente
 **RENILDA VICENZI**
Data: 10/07/2026 12:13:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Renilda Vicenzi

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO LUIZ MIRANDA**
Data: 12/07/2026 19:36:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio Luiz Miranda
Avaliador

“A experiência de conhecer a história monetária
é uma viagem no tempo”
Rodrigo Maldonado (2022)

“A imagem está presente nas várias sociedades desde os primórdios da
humanidade, sendo um artifício pelo qual os homens exteriorizam suas intenções, seus
sentimentos e representações.”
Suely dos Santos e Gláucia Maria (2013)

AGRADECIMENTOS

Este Trabalho de Conclusão de Curso representa mais do que o encerramento de uma etapa acadêmica, simboliza aprendizado e crescimento pessoal. Ao longo dessa caminhada, muitas pessoas contribuíram de diferentes formas para que este momento fosse possível, tornando justo registrar minha sincera gratidão.

Ao professor Délcio Marquetti, expresso meu agradecimento pela orientação competente, pela disponibilidade constante, pela paciência e pelas valiosas contribuições ao longo da construção desta pesquisa.

À minha esposa, Nívea, deixo meu mais sincero reconhecimento. Foi ela quem deu o primeiro incentivo para que esta jornada se tornasse realidade e desde então, esteve presente em todos os momentos, oferecendo apoio incondicional, compreensão, incentivo e amor, que tornou o caminho mais leve e fortaleceu minha determinação para seguir em frente. Esta conquista também é sua!

Aos meus filhos, registro um agradecimento especial pela compreensão durante esses anos de estudos. Muitas vezes dividiram comigo o tempo que deveria ser dedicado à família, ouviram conversas sobre pesquisas, leituras, relatos e tantas outras reflexões que fizeram parte desta trajetória.

Agradeço a todos os professores do curso que, ao longo da graduação, compartilharam seus conhecimentos, experiências e diferentes perspectivas sobre a História.

À instituição Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), minha gratidão pela oportunidade de acesso a uma educação pública, gratuita e de qualidade. Este espaço proporcionou experiências, amizades e conhecimentos que levarei comigo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para esta caminhada, seja por meio de palavras de incentivo, gestos de apoio ou simples demonstrações de confiança.

A todos, o meu muito obrigado.

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar as representações – ou ausências delas – de grupos historicamente marginalizados nas cédulas emitidas pelo Estado brasileiro durante o período entre os anos de 1942 a 2020, através da identificação e quantificação das cédulas, distinguindo suas respectivas representatividades. A pesquisa parte do princípio que o dinheiro, para além da sua função econômica que nos parece tão óbvia, a de facilitar as trocas, também constitui-se como artefato político e cultural, servindo a diversos usos e propósitos, como o de forjar a construção de imagens de poder, exaltação e perpetuação de memórias de lideranças políticas, ou mesmo de identidades de grupos ou nações. Ao investigar quais personagens e símbolos foram fixados para figurar as emissões monetárias, buscou-se compreender se este foi um processo histórico gerador de apagamentos e invisibilidades de grupos sociais específicos – como indígenas, negros e mulheres, especialmente – em um regime republicano que teve em seus momentos fundantes inspiração na corrente de pensamento do Positivismo de Augusto Comte, que tendeu fortemente a supervalorizar grupos privilegiados econômica e politicamente. A análise fundamentou-se em abordagens da história social e da história política emergente, especialmente nas últimas décadas do século XX, em diálogo com discussões sobre identidade, gênero, memória e representações sociais. As fontes primárias básicas para a elaboração do trabalho foram as próprias cédulas – dinheiro – nacionais, lidas e interpretadas à luz de bibliografias especializadas nessas temáticas que se cruzam e dialogam. A proposta também visou demonstrar o papel da numismática como campo auxiliar dentro da história, valorizando seu potencial crítico na investigação. Concluiu-se que o apagamento dos grupos supracitados se deu de forma proposital e estratégica, de grupos políticos que estiveram no comando de um Estado e nação construídos com base em relações escravistas, altamente excludentes e desiguais.

PALAVRAS-CHAVE: Representações; invisibilidade; dinheiro; numismática; Brasil República.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the representations – or lack thereof – of historically marginalized groups on banknotes issued by the Brazilian State between 1942 and 2020, through the identification and quantification of the banknotes, distinguishing their respective representativeness. The research is based on the principle that money, beyond its seemingly obvious economic function of facilitating exchanges, also constitutes a political and cultural artifact, serving various uses and purposes, such as forging the construction of images of power, exalting and perpetuating memories of political leaders, or even the identities of groups or nations. By investigating which characters and symbols were used to represent monetary issues, this study sought to understand whether this was a historical process that generated erasures and invisibilities of specific social groups – such as indigenous people, Black people, and women, especially – in a republican regime that, in its founding moments, was inspired by the Positivist school of thought of Auguste Comte, which tended strongly to overvalue economically and politically privileged groups. The analysis was based on approaches from social history and emerging political history, especially in the last decades of the 20th century, in dialogue with discussions on identity, gender, memory, and social representations. The primary sources for the elaboration of the work were the national banknotes themselves, read and interpreted in light of specialized bibliographies on these intersecting and dialoguing themes. The proposal also aimed to demonstrate the role of numismatics as an auxiliary field within history, valuing its critical potential in research. It was concluded that the erasure of the aforementioned groups was intentional and strategic, perpetrated by political groups that were in control of a state and nation built on slave-like, highly exclusionary, and unequal relationships.

KEYWORDS: representations; invisibility; money; numismatics; Republican Brazil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. DE MÃOS EM MÃOS: DIMENSÕES E NARRATIVAS QUE O DINHEIRO PROPÕE	19
2.1 DINHEIRO: DO IMAGINÁRIO AO SAGRADO	23
2.2 REPÚBLICA BRASILEIRA E O SIMBOLISMO COLETIVO	27
3. PANORAMA DAS REPRESENTAÇÕES NO PAPEL-MOEDA BRASILEIRO	38
3.1 QUEM APARECE NAS CÉDULAS BRASILEIRAS?	45
3.2 À MARGEM DA REPRESENTAÇÃO	48
3.2.1 Princesa Isabel	48
3.2.2 Cecília Meireles	50
3.2.3 Cédula da “Baiana”	51
3.2.4 Machado de Assis	52
3.2.5 Cédula do “Índio”	54
3.2.6 Rondon e os indígenas	55
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Diagrama explicativo cédula	22
Figura 2: Anverso da cédula de 5 mil Réis, de 1869	27
Figura 3: Anverso da cédula de 1 mil Réis, de 1879	27
Figura 4: Anverso da cédula de 500 Réis, de 1901	28
Figura 5: Anverso cédulas Brasil; imagem de alegorias	30
Figura 6: Reverso da cédula de 5 mil Réis, de 1925	31
Figura 7: Reverso da cédula de 20 mil Réis, de 1831	31
Figura 8: Anverso da cédula de 10 Cruzeiros, de 1950	32
Figura 9: Anverso da cédula de 20 Cruzeiros, de 1943	33
Figura 10: Anverso da cédula de 2 Cruzeiros, de 1944	33
Figura 11: Anverso da cédula de 5.000 Cruzeiros , de 1963	34
Figura 12: Anverso da cédula de 10.000 Cruzeiros, de 1966	34
Figura 13: Anverso da cédula de 10 Cruzados, de 1986	34
Figura 14: Anverso da cédula de 50 Cruzados, de 1986	35
Figura 15: Personagens do anverso das cédulas do período da ditadura militar brasileira	36
Figura 16: Imagens do reverso das cédulas do período da ditadura militar brasileira	36
Figura 17: Imagens dos aversos das cédulas do período do recorte da pesquisa	45
Figura 18: Anverso da cédula de 1943, 1949 e 1966 (carimbada), e o reverso comum a todas as estampas	49
Figura 19: Anverso e reverso da cédula de 1981	49
Figura 20: Aversos das cédulas de 1989,1990 (carimbada) e 1990 com reverso comum as três emissões	50
Figura 21: Anverso e reverso da cédula de 1993	51
Figura 22: Aversos das cédulas de 1987 e 1989 (carimbada) com reverso comum às duas emissões	52
Figura 23: Anverso e reverso da cédula de 1961	54
Figura 24: Anverso e reverso da cédula de 1990	55

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1: Demonstrativo dos períodos monetários do Brasil (1942 - 1994)	17
Quadro 2: Listagem estampas das cédulas brasileiras (1942 - 2020)	38

LISTA DE GRÁFICOS:

Gráfico 1: Distribuição percentual das representações de gênero	43
Gráfico 2: Distribuição percentual das representações étnico-raciais	43
Gráfico 3: Distribuição percentual das ocupações representadas	44

1. INTRODUÇÃO

Avançava o ano de 2011 e eu estagnado, ou melhor, ocupado com o vai e vem da vida: casa trabalho - trabalho casa. Inquieto por dentro, senti que faltava um alento para ocupar parte dos meus pensamentos. Curioso que sou, procurei algo para preencher o tempo ocioso visto que, a essa altura, passava as noites livres já que minha companheira de vida estava cursando faculdade de Ciências biológicas e com as horas vagas achei por bem tentar encontrar algo que fosse interessante para a mente.

Olhando e listando quais eram as minhas maiores preferências: história, geografia, esportes, religião, música...e assim fui indo. Vasculhando o que tinha em casa, me deparei com uma caixinha com moedas que carregava comigo desde a infância, a esta altura já casado e com dois filhos, mas as moedas continuavam a me acompanhar. As joguei na mesa e comecei a olhar uma a uma até encontrar uma de 10 centavos de real que me era uma das mais queridas e tinha o seu por que: ela tinha em um dos lados imagem e inscrições diferentes das demais - um dos motivos de a ter guardado - correndo pra internet, fui procurar o porque ela era diferente e dali por diante não parei mais! Encontrei os meus maiores interesses dentro do mundo das coleções e da numismática - campo da história que estuda as moedas, cédulas e medalhas - e onde me chego aqui, no final da graduação, para fazer este ramo ser a ponte para a conclusão de um antigo sonho, muito antes do colecionismo: ter o título de historiador.

Há três anos me dedico ao colecionismo - em especial a numismática - integralmente como forma de trabalho diário, passando de um hobby ao literal “ganha pão”. Essa mudança não se deu de forma pacífica e ordeira, muito menos foi uma escolha, por força maior da saída do antigo trabalho e na busca de um recomeço hora demorado a encontrar, a venda dos excedentes de coleção - estes guardados para uma futura “brincadeira de vender” após a aposentadoria - se tornou necessária para o alinhamento financeiro da casa. Uma vez dentro deste mundo das vendas numismáticas os clientes foram solicitando mais e mais, e ali estava eu: trabalhando e lidando diariamente com as moedas e cédulas que antes eram passatempo de fim de semana, agora eram parte do dia a dia de um estudante de história - tudo se encaixou.

O professor Ricardo Machado se reporta ao colecionismo da seguinte forma:

[...] parte da amorosa arte de colecionar. Quem durante sua vida não se entregou ao procedimento de juntar, ordenar coisas aparentemente dispersas cuja beleza estava na possibilidade de instaurar um novo ordenamento, uma numeração, um conjunto? O colecionismo é uma forma abissal de procura pelo todo, sempre precisa enfrentar a incompletude e a raridade. É um gesto erótico cujo gozo está na procura, na certeza de recomeçar sempre. (Machado, 2023, p.146).

É justamente no campo acadêmico - que adentrei no ano de 2022 - onde comecei a fazer conexões entre o que eu gostava de lidar dentro da história e os novos aprendizados. No início do curso fui navegando dentro dos assuntos conforme os docentes iam nos impelindo a fazer, mas aos poucos notei que poderia usar todo o conhecimento adquirido e juntar minhas escolhas pessoais sobre numismática ao que estava estudando em sala de aula. Foi assim, que iniciei dentro das disciplinas de História do Brasil algumas apresentações, textos e ensaios acadêmicos adentrando a numismática nacional - minha paixão dentro deste mundo - e vendo ela tomar sentido dentro das temáticas, surgindo assim trabalhos sobre os florins holandeses no nordeste brasileiro - primeiras moedas realmente nacionais - , ainda outro sobre as moedas brasileiras carimbadas/contramarcadas nos períodos de rebeliões e conflitos internos brasileiros no século XIX (Cabanagem, República Juliana, República Farroupilha) o que me despertou a fazer o então Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), me aventurando a olhar para as cédulas nacionais com a lupa do apagamento e invisibilidade social adquirida principalmente nas aulas da matéria já mencionada.

Expostas as razões que me levaram a escolha do tema, passamos a expor melhor do que trata a numismática, o objeto e problema de pesquisa deste trabalho de conclusão de curso, bem como da sua estruturação.

Segundo Coimbra (1956), a numismática é a ciência responsável pelo estudo das moedas de diferentes povos e épocas, abrangendo sua classificação, interpretação e descrição, nesse sentido, seu estudo possibilita a identificação de transformações econômicas, mudanças de poder político, circulação comercial, práticas religiosas e representações simbólicas presentes nas sociedades antigas e modernas.

A história das sociedades humanas é também a história de seus instrumentos de troca, poder e representação. Desde os primeiros objetos de valor utilizados em transações comerciais até o surgimento das moedas e, posteriormente, do papel-moeda, o dinheiro tornou-se um elemento central da vida social. Contudo, mais do que um meio econômico, ele é um artefato cultural e profundamente político, sendo capaz de expressar valores

simbólicos e ideológicos de uma determinada época e/ou sociedade, como observa Cláudio Carlan (2014, p.3), “a moeda, enquanto produto da sociedade, carrega em sua iconografia e inscrições a mentalidade e os discursos políticos de quem a produz”. Neste sentido, o campo de estudo da numismática ultrapassa o campo técnico da economia e mero colecionismo para adentrar no âmbito da história, seja ela cultural, social ou da memória coletiva.

Não diferente do restante do mundo, no Brasil, essa dimensão simbólica do dinheiro manifesta-se de forma particularmente intensa, a partir do domínio desse território pela Coroa portuguesa. Durante a monarquia, as efígies dos imperadores reforçaram a centralização do poder e a continuidade de suas dinastias, representando assim o Estado como extensão da figura real. Com a Proclamação da República, em 1889, essa simbologia foi reformulada: o novo regime buscou substituir os símbolos monárquicos por ícones que representavam agora o “cidadão republicano” e a nova “nação moderna” que nascia. Entretanto, José Murilo de Carvalho (1990, p.25) adverte: “a república não herdou um povo republicano, mas precisou inventá-lo”. Essa invenção implicou diretamente na criação de um imaginário nacional que fosse coeso, disciplinado e afinado com os valores do positivismo que marcaram o início da República brasileira.

O positivismo, conforme aborda o autor Carvalho (1990) sobre o tema, foi uma corrente filosófica e política que exerceu forte influência na formação do estado brasileiro, especialmente após 1889, ao propor uma sociedade regida pela ordem e pelo progresso racional. Essa ideologia moldou profundamente os símbolos nacionais e os discursos de identidade, resultando em uma cultura política marcada pela exaltação da racionalidade, da hierarquia e da centralidade das elites intelectuais e militares. Não menos importante o dinheiro nacional - as moedas e cédulas - passaram assim a refletir esses valores: nelas foram gravadas imagens que evocavam a ciência, o trabalho e a moral cívica, frequentemente representadas por figuras alegóricas femininas - como a República ou a liberdade - que simbolizavam ideias universais de gênero feminino.

Como observa Micaloski (2022, p.52 e 178), em sua pesquisa sobre o design do papel-moeda brasileiro de 1970 a 2020, “percebeu-se a necessidade de criar-se uma identidade nacional que evocam o sentimento de pertencimento à terra e à nação”, e “onde as escolhas de estampas, formatos e diagramação conversam entre si, valorizando a informação” que se busca passar e manter. Destaca assim que, a permanência de determinados símbolos - bandeiras, brasões e heróis nacionais - expressa uma continuidade ideológica que atravessa mudanças de regimes e reformas monetárias. Nesse sentido, a

numismática se revela um campo fértil para os estudos desses mecanismos de poder e de processos de construção da memória nacional, bem como da história social (Mattos, 1997)

O dinheiro, por sua circulação muito ampla e totalmente cotidiana, constitui um meio privilegiado de difusão simbólica, o qual, presente nas mãos de todos, independente de classe, etnia ou mesmo gênero, estampam emblemas e rostos que nem sempre representam a diversidade dos que a utilizam. Logo, a ausência de figuras que representam a totalidade do povo brasileiro nas cédulas de circulação nacional, é razão para se indagar sobre silêncio, apagamento e desigualdades estruturantes em nossa sociedade.

João Goulart de Souza Gomes (2020, p.42) se baseia nessas questões em sua dissertação *A outra face da medalha*, reforçando essa leitura ao analisar a falta de representação de certos grupos sociais na medalhística brasileira, onde, segundo o autor, “a ausência de determinadas figuras nas medalhas comemorativas não é casual, mas reflete o projeto de memória oficial das elites, que privilegiam certos feitos e personagens em detrimento de outros”, fazendo ponderar que o mesmo pode ser atribuído às emissões das cédulas de dinheiro circulante.

Os autores referidos acima, servirão de suporte teórico metodológico para os debates propostos neste trabalho.

É a partir dessa perspectiva, que o presente trabalho tem como objeto de análise as cédulas que circularam no Brasil no período que vai de 1942 a 2020, com olhar atento às figuras humanas aí representadas. Sendo assim, propomos a seguinte problemática de pesquisa: Teriam as escolhas iconográficas presentes nas emissões monetárias no Brasil (1942-2020), contribuído para a invisibilidade de grupos historicamente marginalizados?

Partindo desta problemática, o trabalho busca analisar como o Estado republicano brasileiro, com seus primórdios em 1889, utilizou o papel-moeda como um instrumento de narrativa e controle simbólico; questionar as ausências de determinados grupos sociais e étnicos (mulheres, indígenas, negros...) nestas cédulas; analisar as presenças de determinados grupos e sujeitos que compõem a sociedade brasileira; entender os mecanismos de produção e construção do esquecimento dos grupos e sujeitos acima referidos e, por fim; identificar qual(is) poder(es) decide(m) o que deve ser representado na moeda nacional e as ideologias que orientam tais escolhas.

Antes do início da República, em nossa época do Império (1822 a 1889) em que as cédulas tinham sido introduzidas no cotidiano do comércio - antes de 1833 eram apenas moedas metálicas - constatamos basicamente a presença do imperador - no caso, dom Pedro II - mas ao adentrarmos 1889, pós golpe republicano, com um olhar rápido, e de

observação empírica em catálogo numismático Bentes (2021), que é referência nacional no assunto papel moeda, nota-se uma constante nas emissões das cédulas nacionais agora baseadas no positivismo: homens, brancos, associados ao poder político, militar ou intelectual, ou seja, aqueles que, na concepção positivista da história, seriam realmente capazes de dirigir uma nação.

O recorte desta pesquisa, que se dá entre os anos de 1942 a 2020, período que optamos porque pôs fim a nomenclatura de Réis através do Decreto-Lei Nº 4.791, de 05 de outubro de 1942, assinado pelo então Presidente Getúlio Vargas - terminologia esta que vinha desde os primórdios da colonização portuguesa para o monetário circulante em solo brasileiro - passando-se chamar à época Cruzeiros e, posteriormente, por outras terminologias no decorrer das mudanças no cenário econômico nacional, como Cruzado, Cruzado novo, Cruzeiro Real e por fim Real, como se apresenta no quadro a seguir:

Quadro 1: Demonstrativo dos períodos monetários do Brasil (1942 - 1994)

Nomenclatura:	Período:
Cruzeiro	01/11/1942 a 12/02/1967
Cruzeiro Novo	13/02/1967 a 14/05/1970
Cruzeiro	15/05/1970 a 27/02/1986
Cruzado	28/02/1986 a 15/01/1989
Cruzado Novo	16/01/1989 a 15/03/1990
Cruzeiro	16/03/1990 a 31/07/1993
Cruzeiro Real	01/08/1993 a 30/06/1994
Real	01/07/1994 aos dias atuais

Fonte: elaboração do autor (2026)

Ainda que reformas monetárias tenham alterado o valor facial, nome e aparência das cédulas, o padrão simbólico foi mantido. Tendo em vista que este trabalho se propôs investigar como as emissões monetárias do Brasil - entre os anos citados -, expressam, ou ainda, silenciam as mais diversas identidades que compõem o país. A metodologia adotada foi de mapear, identificar e quantificar as cédulas buscando demonstrar se houveram os apagamentos dessas narrativas, a fim de contribuir para o debate historiográfico sobre os usos políticos da memória adentrando os campos da história social e cultural, tendo por

base os pensamentos dos estudiosos Krenak (2020), Munanga (2008) e Schwarcz (1998).

A abordagem metodológica, teve como premissa a compreensão de que o dinheiro deve ser analisado para além da sua função econômica, sendo concebido como um artefato político, cultural e simbólico, considerando as emissões monetárias como fontes capazes de revelar projetos de poder, estratégias de representação e de construção identitária. Para examinar essas camadas de sentido, o corpo documental foi composto pelas emissões do papel-moeda (dinheiro circulante) estampadas no período que abrange este trabalho, contextualizadas historicamente por meio do uso de catálogos numismáticos, arquivos do Banco Central e da Casa da Moeda e bancos de imagens oficiais, levando essa base material a dialogar com debates relacionados à memória, identidade e formação simbólica.

O procedimento analítico se desenvolveu basicamente em duas etapas: primeiro o mapeamento completo das cédulas do período, buscando detalhar quais suas representações, e na falta destes, os símbolos que tomam seus lugares, e em segundo confrontar esses dados com a hipótese central da pesquisa - a do apagamento intencional dos grupos e sujeitos acima referidos, pelo Estado brasileiro e seus dirigentes.

Neste sentido, faremos uso da numismática na sua versão para além do colecionismo e sim voltada a forma crítica como ponto interpretativo, permitindo identificar quem são os representados e principalmente os deixados na invisibilidade.

Assim, esta introdução funciona como um panorama inicial da pesquisa, antecipando desta forma, os principais conteúdos que serão desenvolvidos ao longo do texto e que será construído a partir de: O primeiro capítulo abordará a ideia sobre o dinheiro, seu uso através dos tempos e a sua força de propagação de poder, adentrando também o início da República brasileira procurando demonstrar, no tocante sobre o positivismo, a ideia de criação de uma identidade nacional, simbolismos e demais características. O segundo capítulo buscará de forma analítica e quantitativa demonstrar o que as fontes - as nossas cédulas do dinheiro nacional - trouxeram para a pesquisa: seus dados implícitos de relação entre o que o dinheiro estampou no período abordado pelo trabalho (1942 - 2020), expondo assim - aqui o ponto central da pesquisa - aquilo que literalmente deixou de demonstrar e propagar, agora com a análise se baseando nos dados da pesquisa, buscando entender as representações encontradas, bem como os apagamentos e invisibilidades, nos norteando pela história cultural e história social que vão dar jus ao nosso trabalho.

2. DE MÃOS EM MÃOS: DIMENSÕES E NARRATIVAS QUE O DINHEIRO PROPÕE

Há um gesto que todos repetimos diariamente, quase sempre sem pensar, como dizemos “no automático”: retiramos a carteira do bolso, abrimos a mão, seguramos uma cédula, pagamos algo e seguimos adiante - embora muitas mudanças na forma de pagamento tenha ocorrido, essa foi a realidade predominante por muito tempo - como se este pequeno pedaço de papel, não passasse de um instrumento neutro, até puramente funcional, desprovido assim de intencionalidade ou simbolismo. O dinheiro, no entanto, é tudo menos simplista. Ele nos acompanha desde a infância, atravessa todas as nossas relações sociais e econômicas, moldando silenciosamente nossa percepção de valor, de pertencimento e até de identidade. Na obra *Histórias que o dinheiro conta* (2006), os autores André Cintra e Renato Torelli enfatizam:

[...] de forma sistematiza e criativa, o dinheiro é tratado como meio de comunicação [...] não é difícil entender essa vocação de moedas e cédulas - uma vocação tanto informativa quanto ideológica [...], o dinheiro se torna um símbolo de identidade nacional. “Conhece-se um povo pela língua que fala e pela moeda que usa”, resumiu Voltaire. (Cintra; Torelli, 2006, p.118).

Ainda assim, poucas pessoas analisam uma cédula com atenção e poucos são os que se perguntam por que determinadas imagens estão ali, ou mesmo quem decidiu colocá-las, o que representam e sobretudo, o que pretendem comunicar.

A maior parte de nós vê uma cédula apenas como meio de pagamento, de troca, mas basta um pouco mais de atenção e de observação para perceber que ela conta uma história - algo construído, carregado de símbolos, escolhas e intenções. Nada está ali ao acaso, cada figura, cada personalidade, alegoria ou monumento reflete uma visão de mundo, uma narrativa, uma tentativa de dizer ao seu usuário: “é isso que seu país é... é isso que você deve lembrar... é isso que deve valorizar”.

Na realidade, a cédula que representa o dinheiro de um país é um pequeno manifesto da nação, circulando diariamente de mão em mão, até se tornar tão familiar que passa a ser intrínseco ao cidadão, deixando de ser chamativo aos seus olhos, se naturalizando.

Podemos refletir que a naturalização é uma forma eficiente de poder: quando algo deixa de ser percebido, deixa também de ser questionado. Assim, a escolha de quem aparece ou deixa de aparecer - imagens, símbolos, personagens - no dinheiro nacional revela muito mais sobre nós do que imaginamos, mostrando o que o país decide lembrar ou

aquilo que prefere esquecer e principalmente, quem o Estado considera digno ou não de figurar como representante oficial da sua história.

Embora frequentemente associada apenas ao colecionismo, a numismática ultrapassa essa dimensão, constituindo-se como um importante campo auxiliar das ciências históricas. Pois por meio da análise dos objetos monetários, é possível investigar aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e religiosos de diferentes épocas, transformando moedas e cédulas em verdadeiros documentos históricos.

Como estudo, poucas disciplinas são tão interessantes e tão interligadas com campos similares como é a numismática. De fato, não se pode conceber que alguém se dedique a tal ciência sem se aprofundar nos fatos coligados ao período escolhido, sob os mais variados aspectos, do perfil histórico ao geográfico, do político ao sócio-econômico. (Maldonado, 2022, p.144).

Desde a antiguidade, o dinheiro desempenhou funções que vão além da mediação comercial, sendo utilizado por governantes, Estados e impérios para divulgar símbolos de poder, afirmar sua autoridade, transmitir mensagens políticas e reforçar identidades coletivas. Retratos de soberanos, brasões, monumentos, personagens históricos e alegorias foram amplamente empregados para comunicar ideias e valores à população. Desta forma, o monetário tornou-se não apenas um instrumento econômico, mas também um meio de representação e de construção da memória, como apresenta Claudio Amato em seu catálogo de Cédulas do Brasil:

Como se sabe, o dinheiro de um país, e particularmente as suas cédulas, são instrumentos muito eficientes de comunicação de massas, uma vez que todos os cidadãos, dos mais ricos aos mais pobres, têm acesso a elas. Retrata-se nelas, a história, a geografia, as artes, as ciências, a fauna, a flora, as paisagens, a etnia, os monumentos, o próprio povo e cultua-se as personalidades e ocasiões importantes da nação. (Amato, 2022, p. 109).

A importância da numismática para a pesquisa histórica reside justamente nessa capacidade de revelar aspectos que muitas vezes não aparecem com a mesma clareza em outras fontes documentais. Uma moeda ou um cedula é produzida dentro de um contexto específico e carrega marcas das relações de poder, dos projetos políticos e das visões de mundo vigentes no momento de sua emissão. Ao analisar seus elementos visuais e textuais, o pesquisador pode compreender quais personagens foram homenageados, quais símbolos foram valorizados e quais narrativas o Estado buscou transmitir à sociedade.

No Brasil, a história monetária acompanha as transformações políticas, econômicas e culturais do país. Desde as primeiras moedas que postularam no período colonial, passando pelas emissões portuguesas, pelas moedas produzidas durante a ocupação holandesa no nordeste, pelas cunhagens do Império e pelas diversas reformas monetárias

da República, o dinheiro brasileiro registrou mudanças de governo, projetos nacionais, símbolos patrióticos e representações da identidade nacional. Em razão dessa característica, o dinheiro constitui fonte privilegiada para compreender a formação histórica do Brasil e as diferentes formas pelas quais o Estado procurou representar a si mesmo perante a população.

Neste trabalho, este braço da História assume papel central por fornecer as fontes primárias que serão analisadas ao longo da pesquisa, as cédulas brasileiras não serão observadas apenas como objetos de circulação econômica, mas como documentos que expressam escolhas políticas e simbólicas. A investigação das imagens, personagens e alegorias presentes nas emissões monetárias permitirá compreender quais grupos sociais foram representados na narrativa oficial do Estado brasileiro e quais permaneceram ausentes ou marginalizados desse processo.

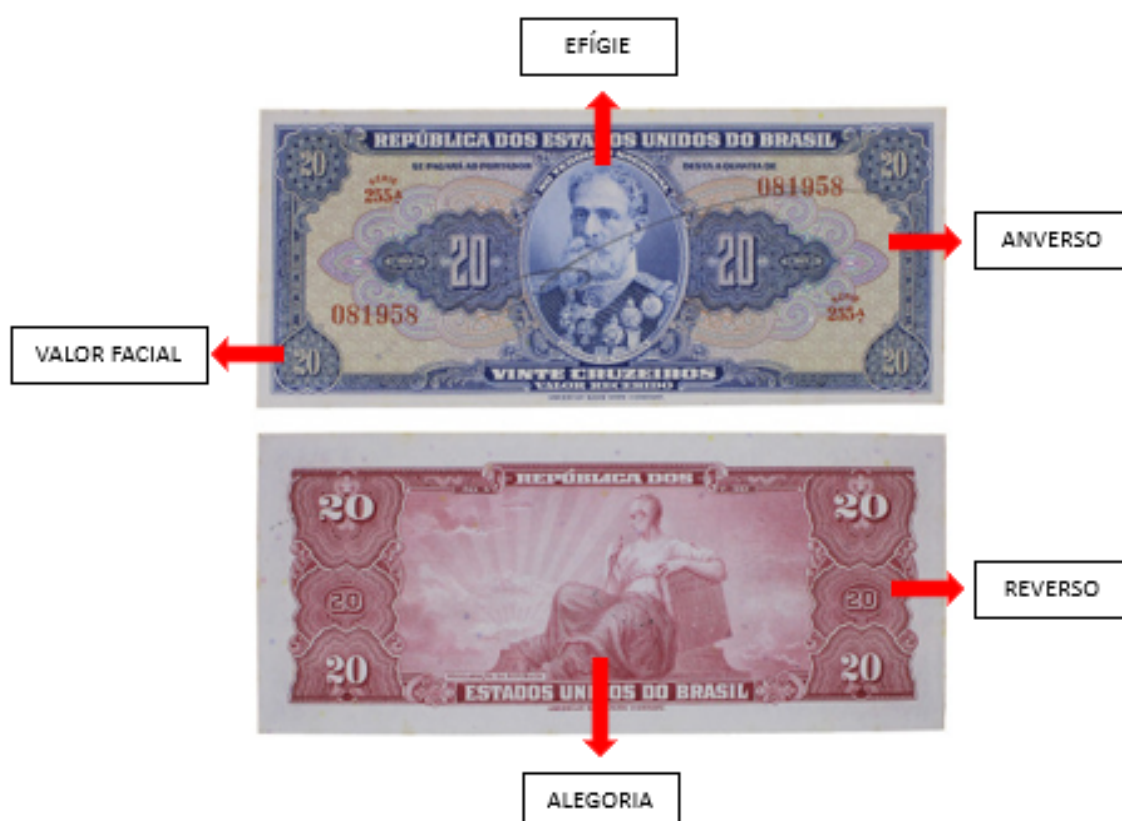
Para facilitar a compreensão do leitor, torna-se necessário apresentar alguns conceitos utilizados ao longo da pesquisa:

- **Numismática:** ciência dedicada ao estudo das moedas, cédulas, medalhas e demais objetos monetários, considerando seus aspectos históricos, econômicos, artísticos, políticos e culturais.
- **Moeda e papel-moeda:** instrumentos monetários aceitos como meios de pagamento e troca. Podem ser produzidos em diferentes materiais, como metais ou papel, e possuem características físicas, simbólicas e econômicas definidas pela autoridade emissora.
- **Numismata:** indivíduo que se dedica ao estudo, pesquisa ou colecionismo de moedas, cédulas e demais objetos relacionados à numismática.
- **Anverso:** face principal da cédula. Em geral, apresenta informações institucionais como a autoridade emissora, valor facial, numeração, série e outros elementos de identificação.
- **Reverso:** face oposta da cédula, normalmente destinada à representação dos elementos iconográficos principais, símbolos nacionais, personagens ou demais componentes gráficos da emissão.
- **Estampa:** conjunto de características que individualizam determinada emissão monetária. Pode incluir mudanças de assinatura, elementos gráficos, órgãos emissores, temas representados ou modificações visuais realizadas ao longo do tempo.

- **Efígie:** representação visual de uma pessoa real, personagem histórico ou figura simbólica utilizada em moedas e cédulas. As efígies costumam refletir escolhas políticas e culturais relacionadas à memória e à identidade nacional.
- **Valor facial:** inscrição numérica e/ou textual que indica o valor de troca de uma cédula ou moeda.
- **Padrão Monetário:** nome que se dá à moeda nacional.
- **Alegoria:** representação simbólica de uma ideia, valor, conceito ou instituição por meio de figuras humanas, objetos ou cenas. São frequentemente utilizadas para representar conceitos abstratos como a República, a Liberdade, a Justiça, a Pátria, o Progresso, etc.
- **Iconografia:** conjunto de imagens, símbolos, figuras, personagens, alegorias e demais elementos visuais presentes em uma cédula.

Vejamos a explicação visual abaixo:

Figura 1: Diagrama explicativo cédula



Fonte: imagem site Banco Central do Brasil (2026); diagramação: elaboração do autor (2026)

A compreensão desses conceitos é fundamental para o entendimento deste estudo, uma vez que a análise das cédulas brasileiras exige não apenas a observação de seus elementos visuais, mas também o entendimento das terminologias próprias da numismática, tornando-se necessário familiarizar o leitor com o vocabulário básico que orienta a leitura e interpretação dessas fontes documentais.

Se analisarmos com criteriosidade, percebemos que há um silêncio escondido nas emissões monetárias, algo que diz sem dizer, que comunica sem declarar, que orienta sem explicar e que a força disso tudo reside na crença de que as cédulas parecem banais, algo corriqueiro, mas moldam a percepção coletiva de quem somos enquanto povo, carregando uma pedagogia discreta, uma lição de identidade que se quer ensinar, que pode não ser explanada nas escolas, mas está presente no cotidiano.

E é justamente este andar silencioso e sutil que torna o dinheiro um instrumento versátil, mediador entre um indivíduo e outro e do indivíduo frente ao Estado, presente em todas as camadas sociais, atravessador de fronteiras, sendo fonte de desejo de quase todos e a busca incessante de cada um de nós. É por isso que as emissões monetárias se tornam tão úteis para a compreensão histórica: elas permitem que observemos, de modo empírico, aquilo que o Estado define como memória legítima e identidade oficial.

2.1 DINHEIRO: DO IMAGINÁRIO AO SAGRADO

A história do dinheiro se torna inseparável da história das próprias sociedades, pois embora frequentemente tratado como mero instrumento da economia, concebido para assim facilitar trocas, acumular valores e medir equivalências, o dinheiro revela sua verdadeira força quando compreendido como fenômeno simbólico, cultural e político. Tanto para Yuval Noah Harari, em *Sapiens* (2016) - *Uma breve história da humanidade*, quanto para Hernán Borisonik, em *Dinheiro sagrado* (2021) - *Uma crítica a partir de Aristóteles*, convergem ao afirmar que a moeda ultrapassa o plano material e adquire um caráter quase mítico, sustentado por narrativas, crenças coletivas e estruturas de poder. Ao interagir esses dois referenciais, buscamos oferecer uma compreensão mais ampla da moeda como artefato de autoridade e como elemento central de construção das identidades sociais e políticas.

Harari parte de um ponto fundamental: “o dinheiro é o mais universal e eficiente sistema de confiança mútua já inventado” (2016, p. 189), essa afirmação resume a ideia de que o valor do dinheiro não deriva de sua composição física, mas da aceitação coletiva

daquilo que ele representa. A moeda é, no fundo, uma ficção compartilhada: uma história na qual todos acreditam simultaneamente. Essa crença, no entanto, não é espontânea: ela é cultivada, reforçada e institucionalizada pelos Estados, pelas autoridades políticas e pelos sistemas econômicos.

Esse autor mostra ainda que o capitalismo só conseguiu se consolidar, porque transformou a confiança em motor econômico onde “o capitalismo - a mais bem sucedida das religiões modernas” (Harari, 2016, p. 239), dá o suporte para a fé no futuro - e não apenas no presente - de se tornar base do sistema monetário. Essa fé simbólica cria uma rede de dependências que permite que milhões de desconhecidos cooperem entre si. Essa leitura é fundamental para esta pesquisa, pois evidencia que a moeda não é neutra, ela está inserida em estruturas de significado, que dizem algo sobre quem somos enquanto sociedade e como a conduzimos.

Se em Harari o dinheiro aparece como forma de crença coletiva, em Borisonik ele surge como elemento religioso. Em *Dinheiro sagrado*, o autor afirma que, desde os gregos, as relações econômicas eram atravessadas por noções de sacralidade, poder e ordem (Borisonik, 2021, p. 306). A moeda tinha o caráter político, mas também de ritual, não sendo assim apenas um meio de circulação de riquezas, mas um instrumento de coesão social e de legitimidade de autoridade.

Ao analisar Aristóteles, o escritor mostra que o filósofo não via a moeda apenas como unidade de medida ou meio de troca, mas como criação política destinada a organizar a comunidade: “[...] defende uma origem cultural e um vínculo sagrado na conformação do dinheiro como medida diretriz das relações econômicas entre os seres humanos.” (Borisonik, 2021, p. 14). Para o autor o dinheiro aparece, portanto, como um regulador da vida social, capaz de estabelecer equivalência entre pessoas, objetos e condição. Essa perspectiva reforça a ideia de que a moeda se estrutura como dispositivo de poder, respondendo a interesses específicos de quem a produz e controla.

Voltando ao professor Harari, ele enfatiza também que o dinheiro só ganha legitimidade plena quando vinculado ao Estado, onde afirma que “O sistema econômico moderno não teria durado um único dia se a maioria dos investidores e banqueiros não acreditasse [...]” (Harari, 2016, p. 118), ou seja, a confiança no dinheiro depende profundamente da confiança nas instituições políticas e sociais, isso explica então porquê as cédulas e moedas carregam símbolos nacionais: brasões, figuras históricas, monumentos e efigies, que evocam uma narrativa de identidade compartilhada com a hegemonia do Estado vigente.

A moeda circula diariamente entre milhões de pessoas e, por isso, constitui um dos instrumentos mais eficazes para difundir valores estatais e consolidar narrativas de memória oficial. A iconografia monetária - analisada no Brasil por catálogos como o mais proeminente sendo *Bentes, Papel Moeda do Brasil* (2022), dos autores como Rodrigo Maldonado e Fernando Antunes - não é simplesmente um detalhe estético, mas uma escolha política que define quem merece ser lembrado e quem pode ser relegado ao esquecimento. Borisonik reforça esse ponto ao deixar evidente dentro das linhas dos seus escritos, que o dinheiro é de certa forma uma tecnologia em âmbito político para o campo da memória, assim significando que a moeda produz e organiza lembranças, hierarquiza sujeitos, fixa valores e pode naturalizar desigualdades. A escolha de quem aparece - ou não aparece - no espaço monetário está profundamente vinculada às estruturas de poder e as disputas simbólicas e políticas de cada época.

Harari ainda põe em destaque que, embora o dinheiro permite ampliar a cooperação humana, ele também reforça desigualdades estruturais na sociedade o que produz uma visão distorcida de desenvolvimento e subordina sociedades inteiras à lógica do capital. Segundo o autor, “Quando o crescimento [econômico] se torna um bem supremo, irrestrito por qualquer outra consideração ética, pode facilmente levar à catástrofe.” (Harari, 2016, p.341).

Nesse contexto, as elites econômicas - que historicamente controlam a produção da moeda em si - moldam as narrativas de valor e pertencimento representadas no papel-moeda. Assim, a desigualdade aparece não apenas na distribuição de renda, mas também na distribuição simbólica: aqueles que são reconhecidos nas cédulas assumem posição privilegiada na memória nacional e já os grupos excluídos - mulheres, indígenas, negros, classe operária (sujeitos que importam em nossa análise) - encontram-se marginalizados tanto material quanto simbolicamente.

Borisonik aprofunda essa leitura ao afirmar: “[...] o papel do dinheiro não se reduz à esfera do meramente econômico-mercantil, mas que, ao contrário, é uma das estruturas estruturantes das sociedades humanas” (Borisonik, 2021, p.519), que podem inviabilizar diferenças e reforçar hierarquias, pois quando tudo se torna comparável pela lógica monetária, aqueles que historicamente não tiveram acesso a riqueza também tem menor probabilidade de serem representados como figuras de valor para a nação.

Um dos pontos interessantes da obra *Sapiens* (2016), embora um livro de carácter mais genérico e sem a pretensão de tratar deste tema de forma específica, fornece elementos importantes para sua análise e a relação entre dinheiro e futuro:

Com o surgimento de um novo sistema baseado na confiança no futuro [...] com um tipo especial de dinheiro chamado “crédito”. O crédito nos permite construir o presente à custa do futuro. Baseia-se no pressuposto de que nossos recursos futuros serão muito mais abundantes. (Harari, 2016, p.318)

Significa que o dinheiro não é apenas depósito de memória, mas também uma aposta de futuro e desta forma o Estado, ao escolher quais narrativas inscrever no papel-moeda, também projeta o tipo de sociedade que deseja legitimar.

Essa imaginação do futuro está presente em quase todas as reformas monetárias brasileiras - títulos, moedas e cédulas - especialmente na República brasileira, fazendo com que a iconografia monetária opere como um instrumento pedagógico, ensinando, quase silenciosamente, quem são os heróis nacionais, quais os símbolos que devem ser reverenciados e quais os grupos são considerados dignos de representação. Nessa proposição o livro *Dinheiro sagrado* aliado ao que traz a obra *Sapiens*, cooperam com a ideia de que o dinheiro é um agente de performance que atua simultaneamente no passado (memória), no presente (troca) e no futuro (projeção de expectativas).

Podemos reiterar que poucas são as instituições humanas tão universais quanto o dinheiro circulante e Harari afirma tal ao declarar que:

O dinheiro é mais tolerante que a linguagem, leis estaduais, códigos culturais, crenças religiosas e hábitos sociais. O dinheiro é o único sistema de crenças criado pelos humanos que pode transpor praticamente qualquer abismo cultural e que não discrimina com base em religião, gênero, raça, idade ou orientação sexual. Graças ao dinheiro, até mesmo pessoas que não se conhecem e não confiam umas nas outras são capazes de cooperar de maneira efetiva. (Harari, 2016, p. 194).

Criando pontes entre as mais diversas culturas, permitindo a elas a livre troca, muitas vezes complexas e formando assim redes globais monetárias. Essa universalidade, no entanto, não elimina sua dimensão nacionalista, pelo contrário, Borisonik (2021) deixa visível durante sua obra que os Estados usam a moeda para reforçar sua existência e difundir símbolos próprios, transformando o papel- moeda em uma espécie de cartão de visita da nação, projetando para as demais, um dispositivo que fixa identidades políticas e, portanto, ao analisarmos a história das representações monetárias nacional, estamos também examinando como o Estado das terras tupiniquins buscou moldar, e por que não dizer, impor, uma narrativa específica de brasilidade.

2.2 REPÚBLICA BRASILEIRA E O SIMBOLISMO COLETIVO

Durante a monarquia, a efigie do imperador nas cédulas do dinheiro nacional reforçou a centralização do poder e a continuidade de sua dinastia, representando assim o Estado como extensão da figura real. Vide exemplos:

Figura 2: Anverso da cédula de 5 mil Réis, de 1869



Fonte: site Banco Central do Brasil (2026). **busto de dom Pedro II (mais jovem)**
Dimensões: 178mm x 70mm; fabricante: American Bank Note Co.

Figura 3: Anverso da cédula de 1 mil Réis, de 1879



Fonte: site Banco Central do Brasil (2026). **Busto de dom Pedro II (com mais idade)**, 170mm x 74mm;
fabricante: American Bank Note Co.

A Proclamação da República, em 1889, marcou mais do que a mudança formal do regime político no Brasil, desencadeando um processo intenso de reconstrução simbólica da nação - era necessário apagar a antiga monarquia - que exigiu a criação de um novo

repertório político, cultural e identitário capaz de legitimar a ruptura com o passado imperial, redefinir o passado, moldar o presente e o mais importante: projetar o futuro conforme as expectativas de uma nova elite política que se auto proclamava portadora da modernidade.

Figura 4: Anverso da cédula de 500 Réis, de 1901



Fonte: site Banco Central do Brasil (2026). **Imagem feminina, alegoria representando a República**, 145 mm x 65mm; fabricante: Bradbury Wilkinson & Co. Ltd.

Esse esforço, como demonstra José Murilo de Carvalho em seu livro *A Formação das Almas* (1990) atuou em várias frentes: reorganização institucional, reconfiguração da memória nacional, criação de novos símbolos, produção de uma certa pedagogia cívica e definição de um modelo de cidadão ideal para o novo regime. Nesse movimento, o positivismo - especialmente a vertente difundida pelos militares - desempenhou papel crucial como matriz ideológica e moral, oferecendo ao país um conjunto de ideias, símbolos e valores considerados adequados para fundamentar a ordem republicana.

O positivismo possuía ingredientes utópicos ainda mais salientes. A república era aí vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada. (Carvalho, 1990, p.9).

Carvalho ressalta que a República enfrentou uma fragilidade essencial desde sua origem: nascera de um golpe pouco compreendido pela comunidade e sem participação popular significativa, ou seja, nasceu sem povo, sem uma mobilização social e desta forma sem base de legitimidade que naturalmente é construída de baixo para cima. Por isso, “[...] não poderia ser feito por meio de discurso, inacessível a um público com baixo nível de

educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos.” (1990, p.10).

A afirmação, que ao mesmo tempo é aguda e reveladora, evidencia o esforço dos governantes em inventar uma identidade nacional que não nascia espontaneamente, sendo um grande desafio: como produzir um sentimento de pertencimento coletivo, em uma sociedade marcada por desigualdades profundas, diversidade étnica e regional e com uma tradição política centralizada no Estado? É onde o positivismo ofereceu as ferramentas necessárias, com sua defesa da ordem, do progresso e de uma moral elevada, as doutrinas de Auguste Comte, conforme Carvalho (1990), foram reinterpretadas pela elite militar brasileira como uma filosofia capaz de orientar o novo regime:

Neste esforço, salientam-se jacobinos e positivistas, os últimos com a especificidade que os marcava e que tinha a ver com a visão histórica, filosófica e religiosa de Auguste Comte, e com sua concepção da estratégia política a ser adotada no Brasil para promover as transformações sociais. Ambos os grupos se mostraram conscientes da importância do uso dos símbolos e mitos da batalha pela vitória de sua versão da república. (Carvalho, 1990, p.13).

Nesse sentido, o autor observa em sua obra, que os positivistas brasileiros, ainda que em minoria - porém ocupando espaços estratégicos na administração pública e mais fortemente nas alas militares do país - foram decisivos para moldar a simbologia do novo Estado, influenciando diretamente elementos como o lema nacional e a estética dos monumentos. Exemplo claro, que relembro da abordagem em sala de aula em História do Brasil, é a criação da bandeira brasileira, que apesar da permanência do estilo e cores (verde e amarelo) do antigo regime, agora o brasão imperial é substituído por um globo azul e traz consigo a expressão que evidencia a ideologia que se quer aplicar: ordem e progresso.

Essas ideias se tornaram a base de um verdadeiro ensinamento republicano, cujo objetivo era educar os cidadãos para uma nova moral e produzir uma memória coletiva condizente com os princípios do regime atual. A criação de novos símbolos patrióticos - para além da bandeira: brasão, hino, monumentos e afins - não foi um gesto meramente estético, mas sim uma estratégia deliberada de imprimir à população um sentimento republicano, como afirma Carvalho:

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. (Carvalho, 1990, p.10).

Por este motivo, o simbolismo no início da nossa República foi intenso, abrangendo desde datas comemorativas até a representação pública de heróis nacionais, e é nesse ponto que a compreensão da moeda como instrumento político e pedagógico torna-se fundamental, onde a iconografia monetária, embora de certa forma negligenciada pela historiografia tradicional, pode ser vista como um dos veículos mais fortes para a difusão de símbolos nacionais. Vejamos, as cédulas e moedas que circulam nas mãos de toda a população, todos os dias, o que está impresso nelas? Efigies, alegorias, figuras históricas, “heróis”, monumentos. Não apenas representam uma escolha política de quem governa, mas também influencia, em uma forma silenciosa mas persistente, aquilo que a sociedade toma por identidade nacional. A análise desse repertório de imagens e imaginário é o que dialoga com o processo de formação das “almas republicanas”.

Durante as primeiras décadas da República, a moeda representou forte presença de alegorias femininas - justiça, liberdade, república, fartura - em estilo neoclássico, uma herança direta da simbologia republicana francesa - com sua aura na antiguidade grega, vista como modelo civilizatório, tema abordado por José Murilo de Carvalho da seguinte forma:

Um dos elementos marcantes do imaginário francês foi o uso da alegoria feminina para representar a República. A monarquia representava-se naturalmente pela figura do Rei, que eventualmente, simbolizava a própria Nação. Derrubada a monarquia,[...] novos símbolos faziam-se necessários para preencher o vazio, para representar as novas ideias e ideais,[...]. Entre muitos símbolos utilizados, em geral inspirados na tradição clássica, salienta-se o da figura feminina. (Carvalho, 1990, p.75)

Figura 5: Anverso cédulas Brasil; **imagem de alegorias**



Fonte: elaboração do autor, com base em imagens do site Moedas do Brasil (2026).

A escolha pelo clássico confirmava a intenção de vincular o Brasil a uma tradição ocidental considerada civilizada e moderna. Essas figuras não eram representações de mulheres reais, mas construções idealizadas que expressavam valores que o Estado queria transmitir.

Figura 6: Reverso da cédula de 5 mil Réis, de 1925



Fonte: site Banco Central do Brasil (2026). **Imagens femininas, alegoria representando a indústria e o comércio**, 162mm x 64mm; fabricante: American Bank Note Co.

O autor dá a entender também que a República buscava criar uma simbologia que expressasse ordem, racionalidade e universalidade, em oposição ao jeito monárquico, que era mais associado a persona e ao passado colonial, sendo essa lógica intimamente ligada ao discurso de então: progresso, centrado na ideia de que as sociedades evoluem rumo a estágios superiores de racionalidade.

Figura 7: Reverso da cédula de 20 mil Réis, de 1831



Fonte: site Banco Central do Brasil (2026). **Imagem da deusa Minerva, alegoria representando a justiça**, 180mm x 83mm; fabricante: American Bank Note Co.

À medida que os anos da República avançavam, especialmente a partir da década de 1930, a presença de figuras históricas reais começou a se tornar dominante no papel-moeda. Esse movimento coincide com o fortalecimento do Estado brasileiro durante a Era Vargas e com a necessidade de criar um “panteão” de heróis nacionais que pudessem representar o país de forma mais concreta. Cintra e Tourelli, afirmam:

[...] se propõe usar as moedas como ferramentas utilizadas pelo Estado para a construção e consolidação da identidade nacional, ou para a veiculação da grande galeria dos seus heróis e de seus mitos. (Cintra; Tourelli, 2006, p.20).

É a partir deste ponto, quando temos a consolidação de emissões de cédulas com uma iconografia mais alinhada ao projeto nacionalista de Vargas - inclusive com seu próprio busto, o retratando como grande estadista e pai da nação - que este processo torna-se mais evidente. Vejamos o comentário dos autores Cintra e Tourelli sobre a utilização do dinheiro nacional do Presidente Getúlio:

Criador do poderoso Departamento de Imprensa e Propaganda, Getúlio Vargas caprichou na autopromoção. Nenhum presidente republicano se utilizou tanto do status para se retratar no dinheiro nacional. Depois de lançar o cruzeiro, primeiro padrão monetário genuinamente brasileiro, o chefe do Estado Novo se fez cultivar a própria imagem, [...] nas cédulas de 10 cruzeiros. (Cintra e Tourelli, 2006, p.45).

Figura 8: Anverso da cédula de 10 Cruzeiros, de 1950



Fonte: site Moedas do Brasil (2026). **Presidente Getúlio Vargas**, 157mm x 67mm; fabricante: Thomas De La Rue & Company Limited London.

As figuras representadas no período pertencem majoritariamente ao panteão de pais fundadores da República e/ou aos “heróis nacionais”, reforçando desta maneira uma narrativa linear heróica e elitista na história nacional.

Personagens semelhantes - Duque de Caxias, José Bonifácio, Marechal Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Tiradentes - ocupam as células como ícones do mérito, da civilização, do heroísmo e da ordem, alinhados ao processo de positivismo brasileiro e reafirmando o ideal de um país guiado pela racionalidade, disciplina e pelo progresso que se almeja chegar - valores que orientam a construção dessa República novata e também a produção dos seus símbolos.

O escritor Carvalho também trata sobre o assunto trazendo que “Todo regime político busca criar seu panteão cívico e salientar figuras que sirvam de imagem e modelo para os membros da comunidade.” (1990, p.14). Neste sentido, as cédulas emitidas a partir de 1942 - e adentrado os períodos moratórios posteriores - passam a representar personagens, e a escolha desses não obedece ao acaso, sendo figuras que expressam, cada um à sua maneira, a narrativa oficial que a República tem o desejo de consolidar, seguem exemplos:

- Marechal Deodoro da Fonseca: cofundador da República.

Figura 9: Anverso da cédula de 20 Cruzeiros, de 1943



Fonte: site Moedas do Brasil (2026). 157mm x 67mm; fabricante: American Bank Note Company.

- Duque de Caxias: símbolo máximo da ordem e da disciplina militar.

Figura 10: Anverso da cédula de 2 Cruzeiros, de 1944



Fonte: site Moedas do Brasil (2026). 157mm x 67mm; fabricante: American Bank Note Company.

- Tiradentes: “herói da liberdade nacional”.

Figura 11: Anverso da cédula de 5.000 Cruzeiros, de 1963



Fonte: site Moedas do Brasil (2026). 157mm x 67mm; fabricante: Thomas De La Rue & Company Limited London.

- Santos Dumont: inteligência - a genialidade brasileira.

Figura 12: Anverso da cédula de 10.000 Cruzeiros, de 1966



Fonte: site Moedas do Brasil (2026). 164mm x 72mm; fabricante: American Bank Note Company.

- Rui Barbosa: a inteligência racional e jurídica.

Figura 13: Anverso da cédula de 10 Cruzados, de 1986



Fonte: site Moedas do Brasil (2026). 154mm x 74mm; fabricante: Casa da Moeda do Brasil.

- Oswaldo Cruz: modernidade científica.

Figura 14: Anverso da cédula de 50 Cruzados, de 1986



Fonte: site Moedas do Brasil (2026). 154mm x 74mm; fabricante: Casa da Moeda do Brasil.

E segue-se assim a outros homens ligados à política, à ciência e ao militarismo - quase todos brancos, e praticamente todos pertencentes às elites. Neste sentido Carvalho finaliza: “[...] o processo de ‘heroificação’ inclui necessariamente a transmutação da figura real, a fim de torná-la arquétipo de valores ou aspirações coletivas” (1990, p. 14).

Essa seleção de personagens não é neutra, ela expressa, de maneira direta, o projeto de identidade nacional elaborado pela república: um país branco, masculino e viril, civilizado nos moldes europeus e guiado pelo mérito das elites. A imagem do brasileiro ideal - ordeiro, disciplinado, positivista - ganhava corpo na iconografia monetária, esta, que como já mencionamos, passava de mão em mão no dia a dia da sociedade, sem distinção de classes, porém, muitas eram as personalidades e grupos que continuavam de fora da narrativa oficial.

Durante toda a obra *A Formação das Almas* (1990) o cientista argumenta que nossa República construiu sua legitimidade por meio dos mecanismos simbólicos, onde buscava fixar um imaginário disciplinado, capaz de formar o povo republicano, destacando dentre esses caminhos os rituais cívicos, os monumentos públicos, os heróis nacionais e onde podemos acrescentar a peça central deste estudo: o papel-moeda. Chamar ele de instrumento não se torna errôneo, pois ao circular diariamente nas mãos da população, funciona como panfleto silencioso que repete, de forma continuada, uma narrativa sobre quem somos enquanto nação, demonstrando o que se deseja ocultar.

Quando analisamos o contexto político da época, O Estado Novo investiu fortemente em tipos de propaganda estatal, fazendo com que os símbolos nacionais se tornassem em instrumentos de patriotismo. Não diferente a isso, o dinheiro acompanhou

esse movimento, consolidando representações alinhadas às ideias nacionalistas de Vargas. Como lembra Carvalho, “Mirabeau¹ disse-o com clareza: não basta mostrar a verdade, é necessário fazer com que o povo a ame, é necessário apoderar-se da imaginação do povo” (1990, p. 11), assim sendo, a escolha dos personagens nas cédulas não era apenas um gesto de homenagem, era um ato de disciplina cultural.

Já adentrando a ditadura militar (1964-1985), essa lógica se manteve: o papel-moeda nacional continuou exibindo, quase que em sua totalidade, figuras masculinas brancas, majoritariamente ligadas ao aparato estatal, reforçando o culto ao heroísmo cívico-militar.

Figura 15: Personagens do anverso das cédulas do período da ditadura militar brasileira



Fonte: da esquerda para a direita: dom João VI, Floriano Peixoto, Duque de Caxias e JK. Elaboração do autor, com base em imagens do site Moedas do Brasil (2026).

Ao mesmo tempo, surge uma iconografia que reforça a visão desenvolvimentista, como engenhos, máquinas, industriais, embarcações, mapas e outras referências ao território nacional.

Figura 16: Imagens do reverso das cédulas do período da ditadura militar brasileira



Fonte: elaboração do autor, com base em imagens do site Moedas do Brasil (2026).

¹ Influyente orador e político de destaque na Revolução Francesa.

Isso dialoga com a retórica do regime, que se apresentava como responsável por um grande projeto modernizador do país e o dinheiro, neste contexto, torna-se uma vitrine populista do Brasil idealizado pelos governantes.

A constituição de 1988, ao promover o reconhecimento de identidades historicamente marginalizadas - indígenas, povos afrodescendentes, mulheres - poderia ter impulsionado transformações mais profundas na iconografia monetária. No entanto, isso ocorreu apenas timidamente: a permanência do modelo republicano positivista de representações se manteve, sendo as cédulas da família do Plano Real (1994 ao presente) retomando elementos genéricos, e porque não usar a termo populista na identidade nacional - fauna, flora, efígie - sem se posicionar para o passado recente mas também sem provocar o novo, não incorporando figuras humanas da diversidade brasileira.

Esse padrão revela uma continuidade simbólica que nos leva aos primórdios da República: o dinheiro nacional continua funcionando como instrumento de representação do Estado, da Nação, da Pátria e não do povo. Como demonstra em suas páginas o livro do historiador Carvalho (1990), a República do Brasil, construiu-se como projeto de cima para baixo e não obstante nosso conjunto de cédulas de papel-moeda é reflexo dessa estrutura.

3. PANORAMA DAS REPRESENTAÇÕES NO PAPEL-MOEDA BRASILEIRO

A análise das cédulas brasileiras emitidas entre 1942 e 2020 constitui a etapa empírica desta pesquisa. Para tal buscou-se cruzar informações de três catálogos numismáticos recentes, dois de grande utilização nacional sendo o *Catálogo Amigo* (2023) do autor Maurício Porto Ferreira e *Cédulas do Brasil* (2022) dos numismatas Claudio Patrick Amato, Irlei Soares das Neves e Julio Ernesto Schutz. O terceiro, também brasileiro, porém sendo referência no exterior: *Bentes, Papel Moeda do Brasil* (2021), do escritor Rodrigo Maldonado. E, para além destes, sites oficiais do Banco Central do Brasil e da Casa da Moeda.

Conforme discutido no capítulo anterior, as emissões monetárias podem ser compreendidas não apenas como instrumentos econômicos destinados à circulação financeira, mas também como documentos históricos capazes de expressar projetos políticos, valores sociais e formas de representação construídas pelo Estado. Partindo dessa perspectiva, o presente capítulo tem por objetivo apresentar e examinar o conjunto das imagens presentes nas cédulas do dinheiro nacional produzidas durante o período delimitado pela pesquisa.

Como já explanado, o recorte cronológico adotado inicia-se em 1942, ano da implantação do Cruzeiro como nova unidade monetária nacional durante o governo de Getúlio Vargas, e estende-se até 2020, data correspondente a última estampa distinta emitida pelo Banco Central do Brasil, totalizando 98 (noventa e oito) estampas diferentes, conforme quadro a seguir:

Quadro 2: Listagem estampas das cédulas brasileiras (1942 - 2020)

Ano	Valor Facial	Período	Personagem	Cor	Gênero	Ocupação
1944	1	Cruzeiro	Marquês de Tamandaré	Branca	Masculino	Militar
1944	2	Cruzeiro	Duque de Caxias	Branca	Masculino	Militar
1943	5	Cruzeiro	Barão do Rio Branco	Branca	Masculino	Político
1943	10	Cruzeiro	Getúlio Vargas	Branca	Masculino	Político
1943	20	Cruzeiro	Deodoro da Fonseca	Branca	Masculino	Militar
1943	50	Cruzeiro	Princesa Isabel	Branca	Feminina	Político
1943	100	Cruzeiro	dom Pedro II	Branca	Masculino	Político

1943	200	Cruzeiro	dom Pedro I	Branca	Masculino	Político
1943	500	Cruzeiro	dom João VI	Branca	Masculino	Político
1943	1000	Cruzeiro	Pedro Álvares Cabral	Branca	Masculino	Navegador
1963	5.000	Cruzeiro	Tiradentes	Branca	Masculino	Minerador
1966	10.000	Cruzeiro	Santos Dumont	Branca	Masculino	Cientista
1955	2	Cruzeiro	Duque de Caxias	Branca	Masculino	Militar
1950	5	Cruzeiro	Barão do Rio Branco	Branca	Masculino	Político
1950	10	Cruzeiro	Getúlio Vargas	Branca	Masculino	Político
1950	20	Cruzeiro	Deodoro da Fonseca	Branca	Masculino	Militar
1949	50	Cruzeiro	Princesa Isabel	Branca	Feminina	Político
1949	100	Cruzeiro	dom Pedro II	Branca	Masculino	Político
1949	200	Cruzeiro	dom Pedro I	Branca	Masculino	Político
1948	500	Cruzeiro	dom João VI	Branca	Masculino	Político
1949	1000	Cruzeiro	Pedro Álvares Cabral	Branca	Masculino	Navegador
1963	5.000	Cruzeiro	Tiradentes	Branca	Masculino	Minerador
1963	5.000	Cruzeiro	Tiradentes	Branca	Masculino	Minerador
1961	5	Cruzeiro	Indígena	Indígena	Masculino	Indígena
1966	0,01	Cruzeiro novo	Getúlio Vargas	Branca	Masculino	Político
1966	0,05	Cruzeiro novo	Princesa Isabel	Branca	Feminina	Político
1966	0,10	Cruzeiro novo	dom Pedro II	Branca	Masculino	Político
1967	0,50	Cruzeiro novo	dom João VI	Branca	Masculino	Político
1966	1	Cruzeiro novo	Pedro Álvares Cabral	Branca	Masculino	Navegador
1966	5	Cruzeiro novo	Tiradentes	Branca	Masculino	Minerador
1966	10	Cruzeiro novo	Santos Dumont	Branca	Masculino	Cientista
1970	1	Cruzeiro	Efígie República brasileira	-	-	-
1970	5	Cruzeiro	dom Pedro I	Branca	Masculino	Político
1970	10	Cruzeiro	dom Pedro II	Branca	Masculino	Político
1970	50	Cruzeiro	Deodoro da Fonseca	Branca	Masculino	Militar
1970	100	Cruzeiro	Floriano Peixoto	Branca	Masculino	Militar

1972	500	Cruzeiro	“Comemorativa Raças”	Várias etnias	Masculino	-
1978	1000	Cruzeiro	Barão do Rio Branco	Branca	Masculino	Político
1981	100	Cruzeiro	Duque de Caxias	Branca	Masculino	Militar
1981	200	Cruzeiro	Princesa Isabel	Branca	Feminina	Político
1981	500	Cruzeiro	Deodoro da Fonseca	Branca	Masculino	Militar
1981	1.000	Cruzeiro	Barão do Rio Branco	Branca	Masculino	Político
1981	5.000	Cruzeiro	Castelo Branco	Branca	Masculino	Político
1984	10.000	Cruzeiro	Rui Barbosa	Branca	Masculino	Intelectual
1984	50.000	Cruzeiro	Oswaldo Cruz	Branca	Masculino	Médico
1985	100.000	Cruzeiro	Juscelino Kubitschek	Branca	Masculino	Político
1986	10	Cruzados	Rui Barbosa	Branca	Masculino	Intelectual
1986	50	Cruzados	Oswaldo Cruz	Branca	Masculino	Médico
1986	100	Cruzados	Juscelino Kubitschek	Branca	Masculino	Político
1986	10	Cruzados	Rui Barbosa	Branca	Masculino	Intelectual
1986	50	Cruzados	Oswaldo Cruz	Branca	Masculino	Médico
1986	100	Cruzados	Juscelino Kubitschek	Branca	Masculino	Político
1986	500	Cruzados	Villa Lobos	Branca	Masculino	Musicista
1987	1.000	Cruzados	Machado de Assis	Negro	Masculino	Escritor
1988	5.000	Cruzados	Cândido Portinari	Branca	Masculino	Artista
1988	10.000	Cruzados	Carlos Chagas	Branca	Masculino	Médico
1989	1	Cruzado Novo	Machado de Assis	Negro	Masculino	Escritor
1989	5	Cruzado Novo	Cândido Portinari	Branca	Masculino	Artista
1989	10	Cruzado Novo	Carlos Chagas	Branca	Masculino	Médico
1989	50	Cruzado Novo	Carlos Drummond de Andrade	Branca	Masculino	Poeta
1989	100	Cruzado Novo	Cecília Meireles	Branca	Feminina	Poeta
1989	200	Cruzado Novo	Efigie República brasileira	-	-	-
1990	500	Cruzado Novo	Augusto Ruschi	Branca	Masculino	Pesquisador
1990	50	Cruzeiro	Carlos Drummond de Andrade	Branca	Masculino	Poeta

1990	100	Cruzeiro	Cecília Meireles	Branca	Feminina	Poeta
1990	200	Cruzeiro	Efígie República brasileira	-	-	-
1990	500	Cruzeiro	Augusto Ruschi	Branca	Masculino	Pesquisador
1990	100	Cruzeiro	Cecília Meireles	Branca	Feminina	Poeta
1990	200	Cruzeiro	Efígie República brasileira	-	-	-
1990	500	Cruzeiro	Augusto Ruschi	Branca	Masculino	Pesquisador
1990	1.000	Cruzeiro	Cândido Rondon	Branca	Masculino	Militar
1990	5.000	Cruzeiro	Carlos Gomes	Branca	Masculino	Musicista
1990	5.000	Cruzeiro	Efígie República brasileira	-	-	-
1991	10.000	Cruzeiro	Vital Brazil	Branca	Masculino	Pesquisador
1992	50.000	Cruzeiro	Câmara Cascudo	Branca	Masculino	Historiador
1992	100.000	Cruzeiro	Beija-flor	-	-	-
1993	500.000	Cruzeiro	Mário de Andrade	Branca	Masculino	Poeta
1993	50	Cruzeiros Reais	Câmara Cascudo	Branca	Masculino	Historiador
1993	100	Cruzeiros Reais	Beija-flor	-	-	-
1993	500	Cruzeiros Reais	Mário de Andrade	Branca	Masculino	Poeta
1993	1.000	Cruzeiros Reais	Anísio Teixeira	Branca	Masculino	Educador
1993	5.000	Cruzeiros Reais	Efígie Gaúcho	Branca	Masculino	-
1994	50.000	Cruzeiros Reais	Efígie Baiana-Mulher negra	Branca	Feminina	-
1994	1	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2001	2	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
1994	5	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
1994	10	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2000	10	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2002	20	Real	Efígie República brasileira	-	-	-

1994	50	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
1994	100	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2013	2	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2013	5	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2012	10	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2012	20	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2010	50	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2010	100	Real	Efígie República brasileira	-	-	-
2020	200	Real	Efígie República brasileira	-	-	-

Fonte: elaboração do autor (2026).

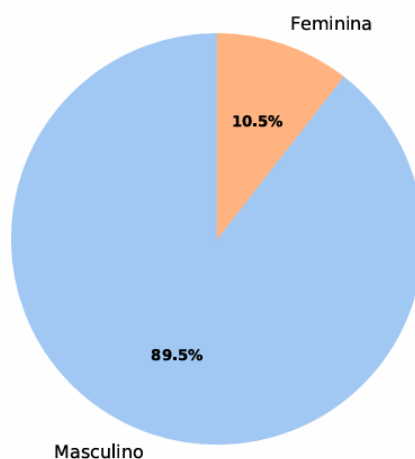
Ao longo desse período, o país passou por diferentes reformas monetárias, mudanças de regime político, transformações econômicas e alterações nos padrões gráficos utilizados na produção do papel moeda, apesar dessas mudanças, as células mantiveram sua função de divulgar símbolos, personagens e elementos considerados representativos da identidade nacional.

Para a realização desta etapa da pesquisa foram analisadas todas as estampas de circulação regular emitidas entre os anos de 1942 a 2020. Cada cédula foi catalogada e classificada a partir de critérios previamente estabelecidos, incluindo gênero, pertencimento étnico-racial, ocupação ou função social dos personagens representados, bem como a presença de alegorias e símbolos nacionais, desta forma o objetivo dessa sistematização foi construir um panorama quantitativo, capaz de identificar padrões de representação ao longo das diferentes famílias monetárias brasileiras.

Os resultados obtidos revelam uma significativa concentração de determinados grupos sociais, nas imagens escolhidas para compor o dinheiro nacional. Em relação ao gênero, observa-se ampla predominância de representações masculinas, correspondendo a 89,5% do total identificado, enquanto as representações femininas somam apenas 10,5%. Esses dados estão sintetizados no gráfico 1, e oferecem um primeiro panorama da

distribuição das figuras humanas presentes nas cédulas brasileiras ao longo do período analisado.

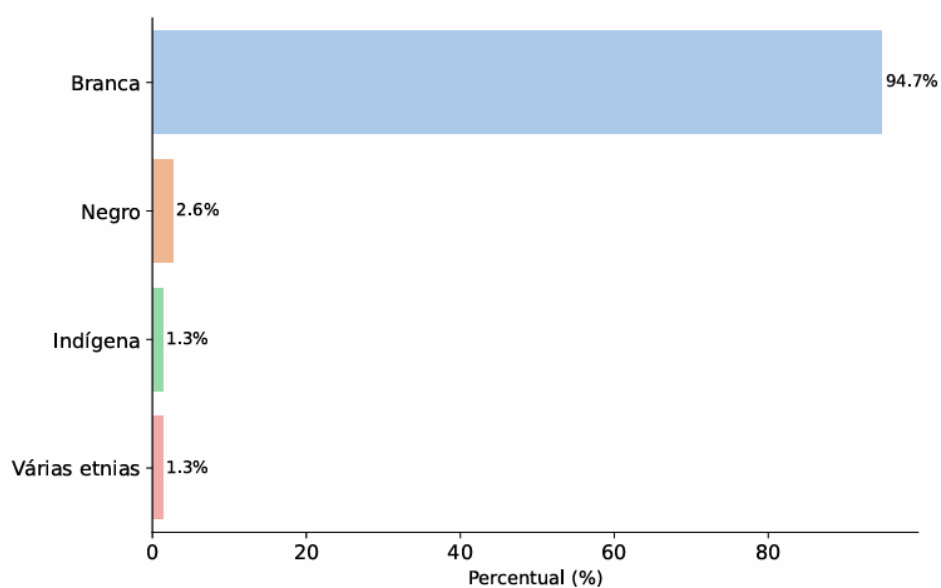
Gráfico 1: Distribuição percentual das representações de gênero:



Fonte: elaboração do autor (2026).

No que se refere a classificação étnico-racial, verifica-se que 94,7% dos personagens representados foram identificados como brancos. As representações de pessoas negras correspondem a 2,6% do total analisado, enquanto as representações indígenas somam 1,3%. Outros 1,3% abrangem figuras associadas a múltiplas etnias ou cuja classificação não se enquadra nas categorias anteriores. Esses resultados encontram-se no gráfico 2.

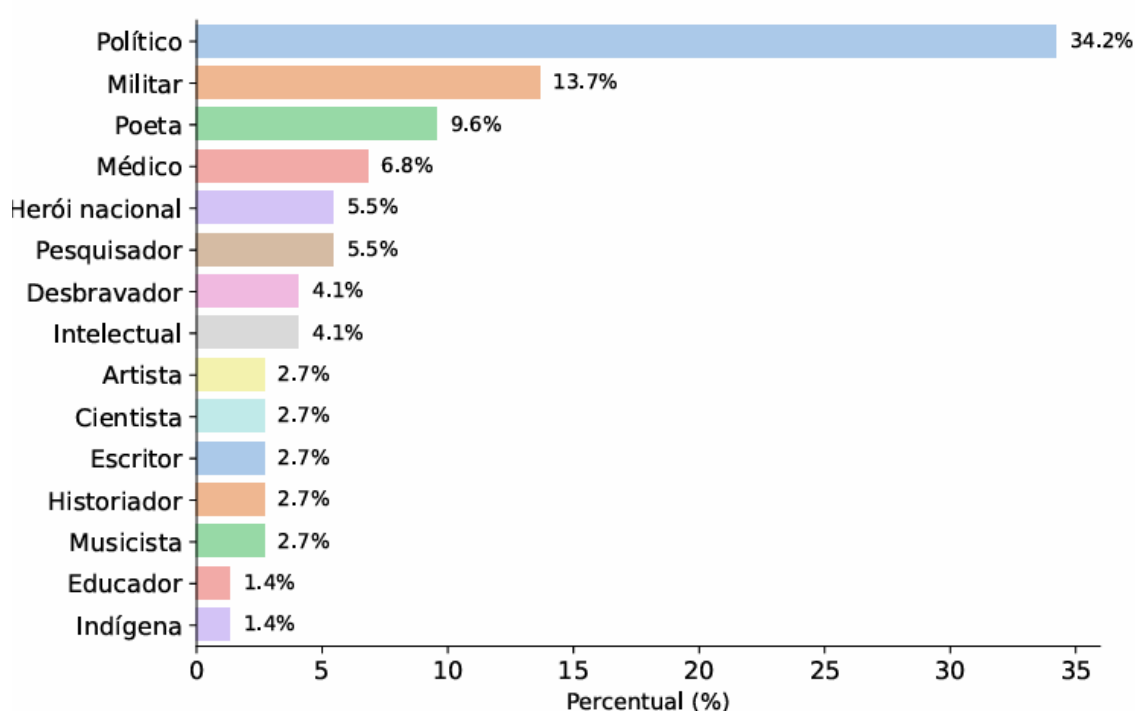
Gráfico 2: Distribuição percentual das representações étnico-raciais:



Fonte: elaboração do autor (2026).

A classificação das ocupações e funções desempenhadas pelos personagens, também evidencia determinados padrões de escolha entre as categorias identificadas, os políticos representam 34,2% do total, constituindo o grupo mais frequente nas emissões monetárias do período. Em seguida aparecem militares (13,7%), poetas (9,6%), médicos (6,8%), heróis nacionais - criados a partir da República (Carvalho, 1990) (5,5%), pesquisadores (5,5%), desbravadores e intelectuais (4,1%). Outras categorias incluem cientistas, musicistas, artistas, historiadores, escritores (com 2,7% cada) e por fim, educadores e indígenas com a menor representatividade (1,4%) do conjunto analisado. Os dados completos encontram-se sistematizados no gráfico 3.

Gráfico 3: Distribuição percentual das ocupações representadas:



Fonte: elaboração do autor (2026)

Através deste levantamento, tornou-se possível identificar quais os personagens e grupos sociais receberam maior visibilidade. Os dados foram examinados de forma detalhada, buscando compreender os padrões de representação presentes nas cédulas e as possíveis implicações dessas escolhas para a construção da memória e da identidade nacional.

3.1 QUEM APARECE NAS CÉDULAS BRASILEIRAS?

A análise permitiu identificar um padrão relativamente estável na escolha dos personagens utilizados para representar a nação brasileira. Ao longo do período republicano, as emissões monetárias do Brasil revelam uma narrativa visual que privilegia determinados grupos sociais, em detrimento de outros. Figuras masculinas, brancas e ligadas às elites tornaram-se os principais “rostos” do dinheiro nacional.

Embora tenham ocorrido diversas reformas monetárias ao longo deste período, bem como mudanças políticas significativas, incluindo o Estado Novo, a redemocratização, o regime civil-militar e a Nova República, observa-se que há uma permanência de determinados perfis sociais e profissionais, entre os homenageados nas emissões monetárias, onde John Thompson aponta que:

Isto significa [...] que as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro dos quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas. (Thompson, 2011, p. 192).

Os dados levantados demonstram que, a maior parte das representações estão associadas às figuras pertencentes às elites políticas, militares, intelectuais e científicas do país. Entre as ocupações identificadas, os políticos representam um terço do total das figuras analisadas, constituindo a categoria mais frequente no papel-moeda brasileiro. Em seguida, aparecem os militares, responsáveis pela segunda maior representatividade, além de doutores, eruditos e intelectuais, e demais personalidades ligadas à produção do conhecimento ou à administração do Estado.

Figura 17: Imagens dos aversos das cédulas do período do recorte da pesquisa.



Fonte: da esquerda para a direita: Rui Barbosa, Deodoro da Fonseca, Câmara Cascudo e Mário de Andrade. Elaboração do autor, com base em imagens do site Moedas do Brasil (2026).

A predominância dessas categorias não parece ser resultado do acaso. Como já demonstramos anteriormente, o autor Carvalho (1990), argumenta que ao analisar a

construção simbólica da República brasileira, os primeiros governos republicanos empenharam-se em criar uma memória nacional, capaz de legitimar o novo regime por meio da exaltação de heróis, líderes e figuras consideradas exemplares para a sociedade. A construção da memória oficial, envolveu a seleção de personagens específicos que deveriam servir como referências cívicas para a população, transformando-se em símbolos da nacionalidade e da própria ideia de República. Nesse sentido, as cédulas podem ser compreendidas como parte desse projeto mais amplo de pedagogia cívica, funcionando como instrumentos cotidianos de difusão de valores e narrativas nacionais.

Entre os personagens mais recorrentes observados ao longo do período, encontram-se figuras associadas diretamente à formação política do país ou à consolidação do Estado brasileiro. Militares, estadistas, juristas e administradores ocupam posição de destaque nas emissões monetárias, evidenciando a valorização de trajetórias ligadas à construção institucional da nação. A presença constante desses grupos sugere que a memória oficial privilegiou indivíduos associados ao exercício do poder político e a organização do Estado, reforçando uma narrativa histórica centrada nas ações das elites dirigentes.

Outro aspecto relevante diz respeito a expressiva presença de intelectuais, médicos, pesquisadores e cientistas, embora representem campos distintos de atuação, essas categorias compartilham uma característica comum: homens, quase que em sua totalidade brancos, associados ao progresso, ao conhecimento e ao desenvolvimento nacional. Essa escolha dialoga diretamente com as ideias de modernização, que marcaram diferentes momentos da história republicana brasileira. Ao homenagear personalidades vinculadas à ciência e à educação, o Estado buscava projetar uma imagem de país moderno, civilizado e integrado aos valores do progresso técnico e científico.

Essa valorização do conhecimento, também pode ser compreendida à luz da influência do positivismo, que explora Carvalho (1990), na formação da cultura política republicana brasileira. Conforme discutido no capítulo anterior, o pensamento positivista exerceu papel significativo na construção dos símbolos nacionais e na formulação de uma identidade republicana baseada na ordem, no progresso e na racionalidade, como menciona o mesmo autor: “Eles se envolveram intensamente em todas as batalhas simbólicas [...]: as do mito de origem, do herói, da alegoria feminina [...]” (1990, p. 129).

Ainda que, a influência direta dessa corrente filosófica tenha diminuído ao longo do século XX, muitos dos valores por ela difundidos, permaneceram presentes nos processos de seleção dos personagens considerados dignos de representar a nação.

As representações femininas constituem outro elemento importante do conjunto analisado. Embora correspondam a 10,5% das figuras identificadas nas cédulas brasileiras, sua presença não ocorreu de forma homogênea ao longo do período representado neste estudo. Em grande parte das emissões, as mulheres aparecem por meio de alegorias que representam conceitos abstratos, como a república, a pátria ou a própria nação brasileira, nessas situações, a figura feminina assume um papel simbólico, funcionando menos como sujeito histórico e mais como recurso visual destinado a transmitir valores políticos e culturais. Assim aborda João Goulart Gomes sobre:

[...] a maior parte das imagens femininas são de efígies representativas, como da República, da Indústria, da Agricultura, da Fatura, da Cultura, a Baiana, a Rendeira, a Mãe, ou então mitológicas (Ceres, Minerva, Diana). Em segundo lugar vem a nobreza: a Princesa Isabel [...]. (Gomes, 2017, p. 8).

Essa prática não constitui uma particularidade brasileira, desde o século XIX diversas repúblicas adotaram figuras femininas aleatórias para representar valores nacionais, inspirando-se em modelos europeus ou a personificação da liberdade nos Estados Unidos. No caso brasileiro, a utilização recorrente da efígie da República demonstra a permanência dessa tradição iconográfica, e evidencia a importância das alegorias na construção visual do imaginário republicano.

Também merece destaque a presença de personagens associados à cultura nacional, como poetas, escritores, artistas e musicistas. Embora muito menos frequente do que políticos e militares, esses grupos desempenham papel relevante na composição do repertório simbólico do papel-moeda brasileiro. Sua inclusão revela um esforço de ampliar a representação da identidade nacional para além da esfera estritamente política, incorporando elementos relacionados à produção cultural e intelectual do país.

Ao observar o conjunto das representações presentes nas cédulas brasileiras entre 1942 e 2020, torna-se evidente a predominância de figuras associadas ao poder político, militar, científico e intelectual. A escolha desses personagens contribuiu para a construção de uma narrativa nacional, centrada em determinados grupos sociais e profissionais, considerados pelo Estado como exemplos de contribuição para a formação e o desenvolvimento do Brasil. Munanga (2008) expõe sobre:

[...] vai permitir o desencadeamento de um processo de construção de sua identidade ou personalidade coletiva, que serve de plataforma mobilizadora. Essa identidade, que é sempre um processo e nunca um produto acabado, não será construída no vazio, pois seus constitutivos são escolhidos entre os elementos comuns aos membros do grupo: língua, história, território, cultura, religião, situação social, etc. (Munanga, 2008, p.14)

Mais do que simples homenagens individuais, essas representações constituem escolhas simbólicas que ajudam a definir quais trajetórias históricas foram elevadas à condição de memória oficial e quais passaram a ocupar posição de destaque no imaginário nacional. Como ressalta Peter Burke:

Uma vantagem particular do testemunho de imagens é a de que elas comunicam rápida e claramente os detalhes de um processo complexo que um texto levaria muito mais tempo para descrever, e de forma mais vaga, como no caso da impressão, por exemplo (Burke, 2017, p. 125).

Contudo, tão importante quanto identificar aqueles que receberam espaço nas emissões monetárias, é observar os grupos que permaneceram ausentes ou sub-representados nesse processo, afinal, após compreender quem foi selecionado para figurar nas cédulas brasileiras, torna-se necessário investigar aqueles cuja presença foi reduzida, marginalizada ou simplesmente omitida da narrativa visual construída pelo estado ao longo do período republicano.

3.2 À MARGEM DA REPRESENTAÇÃO

Ao longo da história republicana brasileira, as mulheres ocuparam papel fundamental nos processos sociais, políticos, culturais e intelectuais que contribuíram para a formação do país. Entretanto, quando observadas as representações presentes entre as cédulas emitidas entre 1942 a 2020 por nossa nação, percebe-se que sua presença permanece reduzida revelando um padrão que privilegia personagens masculinos e reproduz estruturas históricas de exclusão.

Entre as poucas figuras femininas nas emissões monetárias do recorte desta pesquisa, encontram-se apenas três mulheres, sendo que duas são facilmente identificadas e uma terceira de forma genérica, vejamos:

3.2.1 Princesa Isabel

Estadista, política - aparece nas emissões do início dos Cruzeiros em quatro estampas, três delas muito parecidas - 50 Cruzeiros (1943), 50 Cruzeiros (segunda estampa 1949) e 5 centavos carimbada para Cruzeiros Novos (1966 carimbada) - e uma última no ano de 1981, sendo esta 200 Cruzeiros. Nas três primeiras o reverso não muda sendo utilizada uma alegoria a Lei Áurea, e para a cédula da década de 1980, uma ilustração em referência a abolição da escravatura. Sobre ela, os escritores Cintra e Torelli comentam:

Princesa Isabel é uma das poucas mulheres estampadas no dinheiro nacional[...]. Nas cédulas, aparece [...] durante períodos autoritários nas notas de 50 cruzeiros

[...]e apresentam no reverso a Lei Áurea [...] o quadro traz a efigie da liberdade segurando uma tábua da Lei [...]. Mais abaixo representa-se a perda dos grilhões [...]. Uma outra efigie [...] está na cédula de 200 cruzeiros [...] a imagem faz com que ela lembre não uma princesa, mas uma pessoa comum. A abolição da escravatura [...] é o motivo do reverso. (Cintra; Torelli, 2006, p.125 e 126)

Sua escolha pode não ter ocorrido necessariamente em função de uma valorização da participação feminina na história nacional, mas sobretudo pela associação de sua imagem, a assinatura da lei que libertou os escravos, neste sentido, mais utilizada para reforçar uma narrativa centrada na ação das elites políticas, deslocando assim, o protagonismo dos próprios negros escravizados e dos movimentos abolicinistas que atuaram ao longo do século XIX.

Figura 18: Anverso da cédula de 1943, 1949 e 1966 (carimbada), e o reverso comum a todas as estampas



Fonte: site Moedas do Brasil (2026)

Figura 19: Anverso e reverso da cédula de 1981



Fonte: site Moedas do Brasil (2026)

3.2.2 Cecília Meireles

Escritora, educadora, poeta e jornalista que surge nas emissões do final dos anos 1980 - 100 Cruzados Novos (1989), 100 Cruzados Novos carimbada para Cruzeiros (1990 carimbada) e 100 Cruzeiros (1990) - em três estampas com poucas diferenças entre si, basicamente nome da moeda em vigor e carimbo sobre a mesma situação de mudança monetária. Em todas, o reverso, assim como as cédulas da Princesa Isabel dos anos iniciais do Cruzeiro, não tem alteração, sendo utilizada uma gravura sobre o universo da criança. Os autores de *Histórias que o dinheiro conta* atestam sobre:

A homenagem [...] ocorreu após 25 anos de sua morte [...] em retrato que destaca seu rosto bem definido e sua beleza atípica.[...] O reverso amplia as referências a carreira [...] especialmente a sua atuação como educadora, escritora infantil e folclorista. No anverso, sobre desenho da própria [...] a flora e fauna [...] também são representados [...]. Já a imagem de uma criança lendo, [...] pode remeter ao fato de que ela fundou a primeira biblioteca infantil do país. (Cintra; Torelli, 2006, p.151)

Sua presença representa um caso raro de reconhecimento de uma mulher vinculada ao campo intelectual brasileiro, sendo assim, uma exceção dentro de um universo figurativo amplamente dominado por homens ligados à política, às forças armadas e às ciências, fato que evidencia o caráter seletivo da memória construída através do papel moeda nacional.

Figura 20: Anversos das cédulas de 1989,1990 (carimbada) e 1990 com reverso comum as três emissões



Fonte: site Moedas do Brasil (2026)

3.2.3 Cédula da “Baiana”

Representação na estampa da cédula de 50.000 mil Cruzeiros Reais, esta é a última cédula brasileira, antes da entrada em vigor do padrão Real que utilizamos até os dias atuais. Ela traz em seu anverso a efígie em menção a baiana, ou seja, temos a representação da mulher brasileira sem a especificidade de seu nome - algo que tenta abranger o todo no sentido gênero feminino nacional - e no seu reverso a mesma personalidade em sua lida diária, como traz a obra *Histórias que o dinheiro conta*:

As baianas [...] foram homenageadas de forma [...] mística. De branco, com trajes típicos e um agradável sorriso no rosto, a personagem metonímica da efígie está associada a funções como a venda de amuletos e a culinária, explicitamente o acarajé. (Cintra; Torelli, 2006, p.199)

Figura 21: Anverso e reverso da cédula de 1993



Fonte: site Moedas do Brasil (2026).

A simples comparação entre essas poucas ocorrências e a ampla quantidade de homens homenageados nas células, evidencia um desequilíbrio significativo na construção da memória oficial difundida pelo Estado.

Tomaz Tadeu da Silva (2014), observa que os processos de construção das identidades estão diretamente relacionados às relações de poder que definem quem pode representar a coletividade e quem permanece à margem dos discursos oficiais. Para o autor, “os discursos sobre identidade e diferença são sempre atravessados por relações de poder; representar é um ato político que define quem tem voz e quem é silenciado” (Silva, 2014, p.63).

A reduzida presença feminina nas cédulas brasileiras, pode ser compreendida justamente a partir dessa perspectiva, uma vez que a memória nacional construída pelo Estado selecionou determinados sujeitos para ocupar posições de destaque, enquanto outros permaneceram praticamente invisíveis. Isso dialoga com as reflexões desenvolvidas por Carvalho (1990), acerca do imaginário republicano brasileiro: figuras femininas foram

utilizadas para representar conceitos, não significando a inclusão efetiva das mulheres nos espaços de poder e de memória do país.

Se a reduzida presença feminina já evidencia um processo de seleção da memória nacional, a representação da população negra nas cédulas brasileiras, revela um quadro ainda mais expressivo de invisibilização, pois apenas um personagem negro foi identificado como figura central nas emissões monetárias do período analisado:

3.2.4 Machado de Assis

Homenageado nas cédulas de 1 mil Cruzados, lançadas em 1987 e posteriormente reaproveitadas nas emissões do Cruzado Novo de 1989. A sua presença possui certa relevância histórica, pois sendo considerado um dos maiores escritores da literatura brasileira, sua obra o tornou referência nacional. Entretanto, sua inclusão representa um caso de exceção dentro da iconografia das cédulas do dinheiro brasileiro. Cintra e Torelli comentam sobre a iconografia:

Mulato, gago e epilético, o autor [...] é o escritor brasileiro de maior destaque. [...] Nas notas [...] é retratado ao lado dos originais de Esaú e Jacó, uma de suas melhores obras realistas. Numa imagem ao fundo do manuscrito, aparece o emblema da Academia Brasileira de Letras, conhecida, por sinal, como casa de Machado de Assis. (Cintra; Torelli, 2006, p.130 e 132)

Figura 22: Anversos das cédulas de 1987 e 1989 (carimbada) com reverso comum às duas emissões



Fonte: site Moedas do Brasil (2026)

Em termos quantitativos, os dados desta pesquisa demonstram a ínfima participação nas representações da população negra do monetário circulante, visto o peso

histórico e demográfico da população afro-brasileira na formação do país. A escravidão africana em solo tupiniquim por mais de três séculos foi decisiva para a formação econômica, social e cultural, e apesar da contribuição relevante sua presença nas representações oficiais do Estado permaneceu muito reduzida.

Kabengele Munanga (2008, p.51), oferece importante chave interpretativa para compreender esse fenômeno: “toda a preocupação da elite, apoiada nas teorias racistas [...] diz respeito a influência negativa que poderia resultar na herança inferior do negro”. Essa percepção influenciou profundamente os projetos de construção nacional desenvolvidos pela administração do Estado brasileiro.

Ainda, segundo o mesmo autor:

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca, daí por que a raça tornou-se o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. (Munanga, 2008, 54).

Não se trata apenas da ausência de personagens negros, mas da construção de um imaginário nacional, no qual a branquitude ocupa posição central como representação legítima da história nacional. A crítica do autor torna-se ainda mais evidente quando aborda aquilo que denomina de ideologia da mestiçagem. Para Munanga:

[...] exalta a idéia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade. Ou seja, encobre os conflitos raciais, possibilitando a todos se reconhecerem como brasileiros e afastando das comunidades subalternas a tomada de consciência de suas características culturais que teriam contribuído para a construção e expressão de uma identidade própria. Essas características são "expropriadas", "dominadas" e "convertidas" em símbolos nacionais pelas elites dirigentes. (Munanga, 2008, 54).

Sob essa perspectiva, o reduzido espaço concedido à população negra não pode ser compreendido apenas como consequência casual das escolhas iconográficas realizadas ao longo das décadas. A invisibilidade dessa parcela, dos filhos negros desta terra, nas cédulas reforça aquilo que constitui o eixo central desta pesquisa: a existência de um processo contínuo de apagamento simbólico nas representações oficiais do Estado brasileiro.

Ainda há uma última representação a fazermos menção: os povos indígenas. A iconografia desta parcela de nossa população apresenta uma característica distinta daquela observada em relação aos negros. Enquanto esses últimos têm uma única aparição nas

ilustrações monetárias, os indígenas aparecem em algumas emissões, porém de forma genérica, alegórica ou subordinada às narrativas do Estado: sempre presente como símbolo da nacionalidade, mas raramente é reconhecido como sujeito histórico, identificado por seu nome, sua trajetória ou ainda a sua contribuição para a formação do Brasil.

No conjunto documental analisado foram identificadas apenas duas emissões que fazem referência direta aos povos indígenas. a primeira corresponde a cédula de emitida na década de 1960, cuja imagem central apresenta um indígena de forma idealizada, sem qualquer identificação étnica, histórica ou individual, como podemos confirmar a seguir:

3.2.5 Cédula do “Índio”

Representado pela Casa da Moeda brasileira na cédula de 5 Cruzeiros de 1961, a emissão homenageia em seu anverso a efigie em perfil de um indígena, o qual podemos acrescentar que seria estereótipo, pois seu rosto em nada lembra os traços dos povos originários do Brasil, fazendo recordar muito mais as faces gregas já tanto utilizadas nas alegorias clássicas europeias que a República faz uso nas cédulas do dinheiro nacional. Cintra e Torelli comentam sobre a peça:

[...] cédula de 5 cruzeiros, que circulou entre 1961 e 1967. Anverso e reverso tem motivos brasileiros, notadamente um índio, mas ainda uma jangada e vitórias-régias. Pode-se justificar que a homenagem se estende a todas as tribos. (Cintra; Torelli, 2006, p. 63)

Figura 23: Anverso e reverso da cédula de 1961



Fonte: site Moedas do Brasil (2026)

Passados seus trinta anos, a segunda ocorre em outra cédula, dedicada agora a Rondon, na qual um grupo indígena aparece no reverso da cédula compondo o cenário ilustrativo da homenagem ao militar:

3.2.6 Rondon e os indígenas

Na peça de 1000 Cruzeiros de 1990 podemos observar, em seu anverso, a figura de um homem de etnia branca, fardado e a frente de uma gravura do mapa do Brasil, este é Marechal Cândido Rondon, no seu reverso o que temos estampado de forma genérica representantes dos povos originários, porém sem qualquer menção a seus nomes, etnia ou ocupação, função ou ofício. Assim traz o livro *Histórias que o Dinheiro Conta*:

De um lado, [...] os frutos da Comissão Rondon, como a estação telegráfica que integra as regiões brasileiras. Tudo isso junto com a efígie de um dos maiores desbravadores do país. De outro lado, [...] motivos indígenas - o casal da Carajás, uma habitação dos nhambiquaras, os alimentos e a pintura corporal dos nativos. (Cintra; Torelli, 2006, p. 173)

Figura 24: Anverso e reverso da cédula de 1990



Fonte: site Moedas do Brasil (2026).

Em ambos os casos, chama a atenção o fato de que os indígenas não ocupam a posição de protagonista da narrativa construída pelo papel-moeda, pois na emissão de 1961 o personagem não representa uma pessoa real, mas um arquétipo elaborado para simbolizar um ideia abstrata do “índio brasileiro”, algo que desconsidera a enorme diversidade cultural, linguística e histórica existente entre os povos originários. Já na segunda cédula apresentada, embora os indígenas aparecem visualmente destacados e com certa representatividade de suas características - algo bem diferente da estampa de 1960 -, ainda assim, estão inseridos como parte do contexto da atuação militar de expansão e não como assunto central da narrativa.

Essa forma de representação acompanha o romantismo do século XIX, onde o indígena passou a ser símbolo da origem da nação. Esse reconhecimento ocorreu muito mais no plano simbólico do que no campo político e histórico, tornando-se assim patrimônio da identidade nacional porque foi transformado em personagem do passado.

Essa reflexão encontra importante respaldo nas contribuições de Airton Krenak (2019, p.9) ao discutir a permanência das formas de invisibilização dos povos originários. Em entrevista publicada na *Revista de Antropologia* ele afirma que “ser índio deixou de ser

sinônimo de escondido no mato” e que “Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos uma humanidade. Enquanto isso - enquanto o lobo não vem - fomos nos alienando desse organismo de que somos parte: a Terra”.

Ao produzir uma ideia homogênea de Brasil, o Estado também simplificou a pluralidade indígena, convertendo em uma única imagem genérica do “índio”, onde a própria iconografia monetária confirma este processo: diferente das demais representações humanas as peças que contém indígenas não informam qual seu povo, etnia, ou ainda seus nomes. O indígena deixa de existir como indivíduo e passa a funcionar como alegoria nacional.

Essa lógica confirma aquilo que Tomás (2014, p.63) denomina de política da representação, onde representar significa produzir sentidos sobre quem pertence à comunidade nacional e quem ocupa posições periféricas dentro dela: “os discursos sobre identidade e diferença são sempre atravessados por relações de poder; representar é um ato político que define quem tem voz e quem é silenciado”.

Essa constatação aproxima-se das reflexões de Silva (2022, p.11), em sua obra *O Brasil através do papel-moeda: ideologias geográficas e intertextualidade*, para quem as imagens presentes no papel-moeda não apenas ilustram a história nacional, mas produzem discursos sobre quem deve ser lembrado e quais sujeitos podem ocupar os lugares de prestígio da memória coletiva: “as imagens e textos impressos nas cédulas constroem discursos espaciais e temporais sobre o que é o Brasil e quem o representa”.

Ao final da análise, observa-se um padrão comum: embora apareçam nas representações do dinheiro circulante, mulheres, negros e indígenas e tenham desempenhado papéis fundamentais na formação histórica, social e cultural do Brasil, sua presença nas cédulas emitidas de 1942 a 2020, permaneceu no campo da excessão, secundária ou simbólica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da compreensão de que o papel-moeda ultrapassa sua função econômica e constitui um importante documento histórico produzido pelo Estado, buscou-se compreender como as escolhas iconográficas presentes nas emissões monetárias (1942-2020) dialogam com projetos políticos, disputas de memória e processos de legitimação do poder. A questão central que orientou esta pesquisa consistiu em investigar quem foi escolhido para representar oficialmente a nação brasileira por meio das cédulas e, sobretudo, quais sujeitos permaneceram ausentes dessa narrativa visual construída ao longo de quase oito décadas.

A análise realizada ao longo dos capítulos permitiu demonstrar que a iconografia do papel-moeda brasileiro esteve longe de constituir um conjunto neutro de imagens. Ao contrário, verificou-se que as representações obedeceram a um padrão relativamente estável, marcado pela predominância de homens brancos vinculados às elites políticas, militares, intelectuais e institucionais do país. Embora tenham ocorrido mudanças estéticas e técnicas nas diferentes famílias monetárias, o conjunto das emissões revelou uma notável permanência na seleção daqueles considerados dignos de simbolizar a identidade nacional.

Em sentido inverso, os dados obtidos evidenciaram a reduzida presença — e, em muitos casos, a completa ausência — de mulheres reais, personagens negros e povos indígenas enquanto sujeitos históricos. Quando esses grupos aparecem, praticamente o fazem sob formas alegóricas, genéricas ou secundárias, sem o protagonismo conferido aos personagens pertencentes às elites políticas e intelectuais. Tal constatação permitiu responder ao problema de pesquisa ao demonstrar que a memória oficial construída pelas cédulas brasileiras privilegiou determinados segmentos sociais em detrimento de outros, reproduzindo uma narrativa seletiva sobre a formação da nação.

Essa constatação dialoga diretamente com a perspectiva desenvolvida pelos Estudos Culturais, segundo a qual toda representação constitui um ato político. Como discutido ao longo do trabalho, representar significa selecionar, atribuir significado e definir quem será lembrado e quem permanecerá à margem da memória coletiva. Assim, a iconografia monetária brasileira não apenas refletiu relações de poder já existentes, mas participou ativamente da sua reprodução, reafirmando uma concepção de brasilidade fortemente associada à tradição republicana, masculina, branca e pertencente às camadas dirigentes da sociedade.

Sob essa perspectiva, a invisibilidade identificada nesta pesquisa não deve ser compreendida como mera consequência de omissões ocasionais ou escolhas artísticas isoladas. Trata-se de um processo histórico mais amplo, relacionado à própria formação do Estado nacional brasileiro e aos mecanismos de construção de sua memória oficial. Conforme discutido a partir das contribuições de José Murilo de Carvalho (1990), Kabengele Munanga (2008), Tomaz Tadeu da Silva (2014), Ailton Krenak (2020) e demais autores mobilizados, a identidade nacional foi historicamente construída mediante processos simultâneos de inclusão e exclusão, nos quais determinados sujeitos foram elevados à condição de símbolos nacionais enquanto outros permaneceram invisibilizados, sendo as cédulas analisadas uma expressão material desse processo.

Ao mesmo tempo, esta pesquisa buscou demonstrar que a Numismática possui potencial muito mais amplo do que aquele tradicionalmente atribuído ao colecionismo ou à classificação técnica das emissões monetárias. Longe de limitar-se à identificação de variantes, datas ou padrões monetários, revelou-se esta um importante campo auxiliar da História, capaz de oferecer fontes primárias para a compreensão da identidade nacional. O dinheiro, compreendido como objeto de circulação cotidiana e de enorme alcance social, transforma-se em um documento privilegiado para investigar os discursos produzidos pelo próprio Estado acerca da nação e de seus sujeitos.

Embora moedas e cédulas sejam frequentemente estudadas sob perspectivas econômicas, financeiras ou técnicas, sua dimensão simbólica permanece relativamente pouco explorada na historiografia nacional. Mais do que ilustrar acontecimentos históricos, as cédulas participam ativamente da construção das narrativas oficiais sobre o passado e sobre aqueles considerados legítimos representantes da nação.

Essa abordagem evidencia que a cultura material ocupa posição central na produção da memória coletiva. Objetos aparentemente comuns, presentes diariamente nas mãos da população, exercem importante função pedagógica ao naturalizar símbolos, personagens e valores que passam a ser reconhecidos como expressão legítima da identidade nacional. Justamente por sua circulação permanente e por sua aparente neutralidade, o papel-moeda constitui um dos meios eficientes de difusão simbólica.

Conforme observa Rodrigo Maldonado,

A história da moeda se confunde com a da economia e com a formação moderna das sociedades. As nações são identificadas por seus padrões monetários, que estão entre os símbolos mais importantes da cultura, soberania e identidade nacional. (Maldonado, 2022, p. 415).

Se as cédulas figuram entre os principais símbolos da soberania e da identidade de um país, torna-se igualmente indispensável investigar quais memórias elas preservam, quais sujeitos tornam visíveis e quais permanecem sistematicamente ausentes de sua narrativa iconográfica.

Por fim, esta pesquisa não pretende encerrar o debate, mas abrir novos caminhos para investigações futuras. A metodologia aqui desenvolvida poderá ser aplicada a outros suportes materiais produzidos pelo Estado permitindo assim ampliar as reflexões sobre memória, representação e identidade nacional. Espera-se, igualmente, que este estudo contribua para consolidar a Numismática como um campo legítimo de investigação historiográfica, demonstrando que o dinheiro pode ser lido não apenas como instrumento econômico, mas como fonte documental capaz de revelar as múltiplas formas pelas quais o poder seleciona aquilo que uma sociedade recorda, aquilo que celebra e, sobretudo, aquilo que decide esquecer.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS:

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Página institucional. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CASA DA MOEDA DO BRASIL. Portal da Casa da Moeda do Brasil. Disponível em: <https://www.casadamoeda.gov.br/portal/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

CARAVELAS COLEÇÕES. Cédula C-021 – 20 cruzeiros, 1943, SOB/FE. Disponível em: <https://www.caravelascolecoes.com.br/cedula-c-021-20-cruzeiros-1943-sob-fe.html>. Acesso em: 07 mai. 2026.

MOEDAS DO BRASIL. Catálogo de moedas brasileiras. Disponível em: https://www.moedasdobrasil.com.br/c_catálogo.asp. Acesso em: 27 abr. 2026

SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA. Página oficial. Disponível em: <https://snb.org.br/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

BIBLIOGRAFIAS:

AMATO, Claudio Patrick; NEVES, Irlei Soares das; SCHUTZ, Julio Ernesto. **Catálogo Cédulas do Brasil 1833–2022.** 9. ed. São Paulo: Amato Numismática, 2022.

BENTES, . **Cédulas brasileiras:** catálogo de cédulas do Brasil – Terceira edição. São Paulo: Sociedade Numismática Brasileira, 2021.

BORISONIK, Hernán. **Dinheiro sagrado:** uma crítica a partir de Aristóteles. Curitiba: Cultura e Barbárie, 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular:** o uso de imagens como evidência histórica. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CARLAN, Cláudio Umpierre. Linguagem e imagem: numismática como documento. **Revista E. F. e H. da Antiguidade**, Campinas, n. 28, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/cpa.v19i28.1768>. Acesso em: 9 jun. 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CINTRA, André; TORELLI, Renato. **Histórias que o dinheiro conta.** São Paulo: Lumus, 2006

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Noções de Numismática Brasileira (I). **Revista de História**, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 201-242, 1959. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/107278/105790>. Acesso em: 29 de outubro 2025.

GOMES, João Goulart de Souza. A outra face da medalha: memória e invisibilidade de grupos sociais na coleção de medalhas do Museu Eugênio Teixeira Leal em Salvador – Bahia. 2020. 120 f. **Dissertação** (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução de Janaina Marcoantonio. 10. ed. Porto Alegre: L&PM, 2016.

KRENAK, Ailton. “Ser índio deixou de ser sinônimo de escondido no mato”: uma conversa sobre visibilidade com Ailton Krenak. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/x4tv5KtrkT6jSGWKnCLQSpB/?lang=pt>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MACHADO, Ricardo. **Felix Peyrallo Carbajal**: atlas poético. 1. ed. Chapecó: Humana, 2023. (Coleção Biografemas).

MATTOS, Hebe. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 307-340

MICALOSKI, Taffarel. **Pesquisa sobre o design do papel-moeda brasileiro de 1970 a 2020**. 2022. Disponível em: <https://www.design.ufpr.br/teses-dissertacoes/designpapelmoedabrasileiro.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2025.

MOREIRA, Maurício Porto. **Catálogo Amigo**: cédulas brasileiras 1932–2023. 4. ed. Divinópolis, MG: Edição do autor, 2023.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Thiago Silvestre da. O Brasil através do papel-moeda: ideologias geográficas e intertextualidade (1972–1994). **Espaço e Cultura** (UERJ), Rio de Janeiro, n. 52, p. 1–24, jun./dez. 2022. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 9 jun. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.